

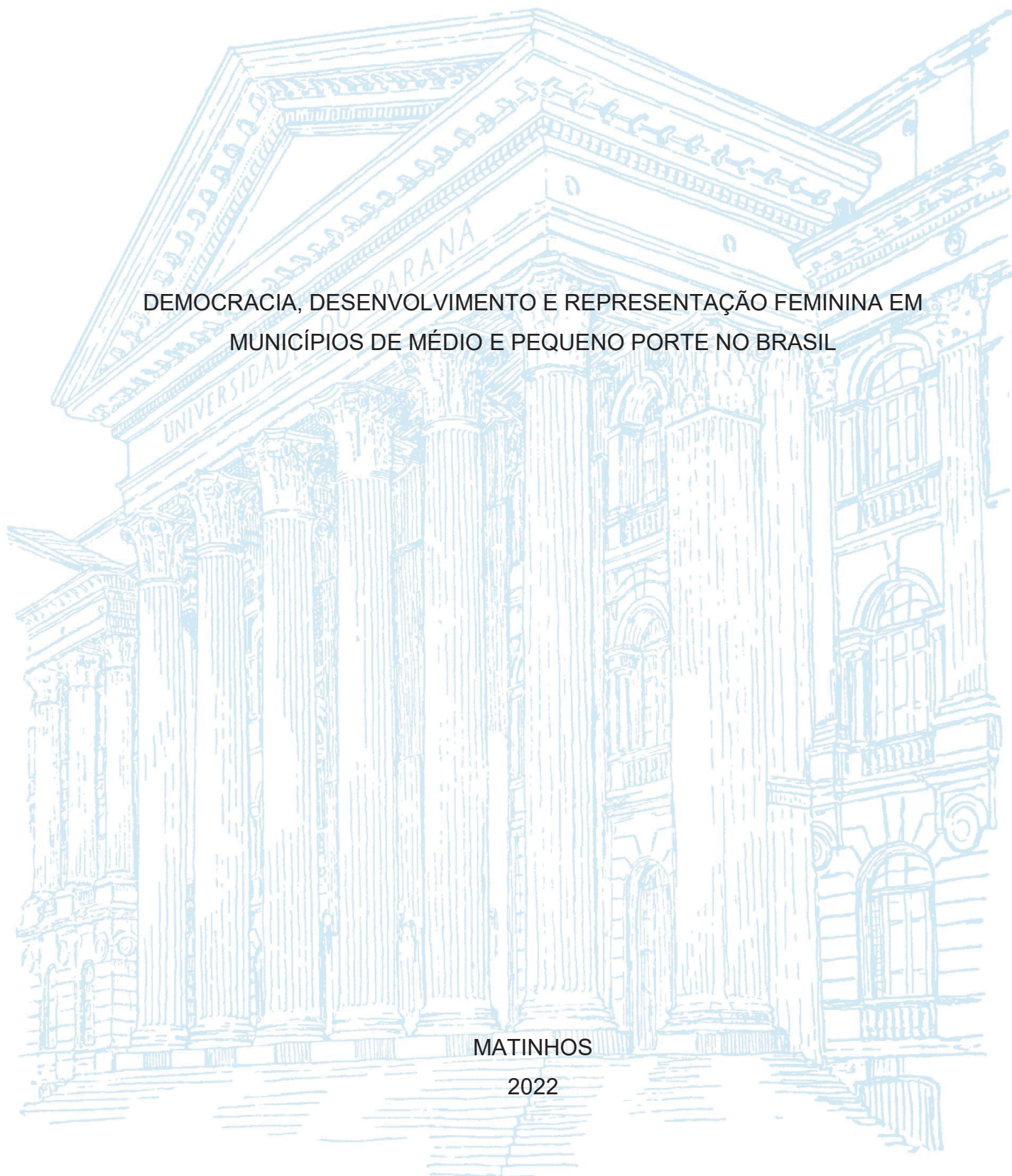
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAWANA FERREIRA CORDOVA

DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E REPRESENTAÇÃO FEMININA EM  
MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE NO BRASIL

MATINHOS

2022



DAWANA FERREIRA CORDOVA

DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E REPRESENTAÇÃO FEMININA EM  
MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE NO BRASIL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes.

Coorientador: Prof. Dr. Emerson Joucoski.

MATINHOS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C796d Cordova, Dawana Ferreira  
Democracia, desenvolvimento e representação feminina em municípios de médio e pequeno porte no Brasil/ Dawana Ferreira Cordova ; orientador Ivan Jairo Junckes. – 2022.  
78 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2022.

1. Mulheres. 2. Eleições municipais 3. Financiamento eleitoral. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 324.6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

ATA Nº122

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e dois às 10:00 horas, na sala 15 B, UFPR Setor Litoral, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda DAWANA FERREIRA CORDOVA, intitulada: **DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E REPRESENTAÇÃO FEMININA EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE NO BRASIL**, sob orientação do Prof. Dr. IVAN JAIRO JUNCKES. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: IVAN JAIRO JUNCKES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CLÓVIS WANZINACK (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as Indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, IVAN JAIRO JUNCKES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 23 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica  
24/08/2022 11:36:43.0  
IVAN JAIRO JUNCKES  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
24/08/2022 10:13:38.0  
RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
23/08/2022 16:07:50.0  
CLÓVIS WANZINACK  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
23/08/2022 16:25:37.0  
EMERSON JOUCOSKI  
Coordenador(a) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de DAWANA FERREIRA CORDOVA intitulada: **DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E REPRESENTAÇÃO FEMININA EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E PEQUENO PORTE NO BRASIL**, sob orientação do Prof. Dr. IVAN JAIRO JUNCKES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa. A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 23 de Agosto de 2022.

Assinatura Eletrônica  
24/08/2022 11:36:43.0  
IVAN JAIRO JUNCKES  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
24/08/2022 10:13:38.0  
RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
23/08/2022 16:07:50.0  
CLÓVIS WANZINACK  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
23/08/2022 16:25:37.0  
EMERSON JOUCOSKI  
Coordenador(a) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico ao Ravi, meu filho amado, pela compreensão da minha ausência em momentos tão importantes do seu desenvolvimento. A conclusão dessa dissertação é pelo seu futuro.

## AGRADECIMENTOS

Ao Ser Superior que me proporcionou o dom da vida, gratidão por tudo e por tanto!

A minha mãe, por todo o incentivo em mostrar a importância do conhecimento, por ser a base da nossa família e principalmente por ser a minha guerreira.

Ao meu amor, Kauan F. Cordova, que ilumina todas as minhas manhãs com o seu amor, cuidado e dedicação. Sem você nada disso seria possível, obrigada por todos os momentos de alegria, de angústia, pelo seu esforço em me proporcionar tudo e principalmente por sempre acreditar em mim. Eu amo você.

Ao fruto do nosso amor, Ravi, que esteve, literalmente, coladinho comigo. Desde dentro do meu ventre acompanhou o processo de Mestrado que se encerra nessa dissertação. Obrigada meu bebê por tanto. Tudo para você e por você!

A toda minha família e a do meu esposo pelas calorosas discussões sobre os assuntos que eu sempre disseminava nos churrascos. Mesmo não concordando, vocês ouviram e aceitaram, e eu sei que era por amor.

A todos os amigos pela paciência e respeito nesse momento de ausência para elaboração desse trabalho, agora eu posso voltar para a vida social.

Minha admiração especial para minha amada amiga, Adriana Bueno, obrigada por compartilhar tanto conhecimento a essa pesquisa.

Gratidão à querida Naiara Sandi de Almeida Alcantara, pela paciência e determinação em me ensinar estatística e a programação R, sem você nada disso seria possível.

Graci Babiuk, minha super, superamiga, supervisora de estágio, companheira de vida, obrigada pela nossa amizade leve e por sempre me motivar a nunca desistir. Você é uma mulher incrível na qual me espelho.

A todos os meus Mestres do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná por dedicarem seu tempo em nossa formação acadêmica, sobretudo com uma formação comprometida com a transformação.

Ao meu orientador Ivan Jairo Junckes e coorientador Emerson Joucoski, pela sensibilidade, respeito, compreensão incomparável e humanidade. Gratidão por tanta dedicação e principalmente por acreditarem que eu era capaz.

*“Acredito que viver significa tomar partido.  
Não podem existir os apenas homens,  
estranhos à cidade. Quem verdadeiramente  
vive não pode deixar de ser cidadão, e  
partidário. Indiferença é abulia, parasitismo,  
covardia, não é vida.  
Por isso não suporto os indiferentes”  
(Antônio Gramsci, Os Indiferentes, 1917).*

## RESUMO

Esta pesquisa investiga variáveis explicativas para a sub-representação das mulheres nas candidaturas ao cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016 em 5.108 municípios do Brasil com até 50.000 eleitores e discute os seus impactos para o desenvolvimento e a democracia no Brasil. A pergunta de partida dos estudos é: Quais os fatores que influenciam essa sub-representação das mulheres na política brasileira nos municípios de pequeno e médio porte? Para responder ao questionamento realizado, foram utilizados dados de candidaturas e resultados eleitorais disponíveis no repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os dados foram tratados no Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG) e no Laboratório de Análise de Redes (LAR/UFPR) e cedidos para a presente pesquisa. Foram realizadas leituras sobre as temáticas de pesquisa, e com os dados coletados, foram aplicados testes estatísticos de correlação e regressão linear. Os resultados apontam que para mulheres consideradas inaptas em suas candidaturas, as receitas são inferiores às dos homens, possuem ensino fundamental e são desafiantes. A influência do dinheiro resultou em uma média de 40% para o desempenho eleitoral, e o sucesso eleitoral constatou que para cada 1 mulher eleita há 6,8 homens eleitos. Tais dados são consistentes e contribuem para o debate sobre a complexidade das determinantes eleitorais e sobre os desafios que as relações de gênero impõem para o desenvolvimento e a democracia contemporânea.

Palavras-chave: Mulheres. Política. Desenvolvimento. Eleições Municipais. Financiamento Eleitoral.

## **ABSTRACT**

This research investigates explanatory variables for women's underrepresentation in councilor candidacies in the 2008, 2012, and 2016 elections in 5,108 municipalities in Brazil with up to 50,000 voters and discusses their impacts on development and democracy in Brazil. The starting question of the studies is: What factors influence this underrepresentation of women in Brazilian politics in small and medium-sized municipalities? To answer the question, data on candidacies and electoral results available in the data repository of the Superior Electoral Court (TSE) were used. The data were processed in the Territorial Studies Group (GETE/UEPG) and in the Network Analysis Laboratory (LAR/UFPR) and provided for the present research. Readings on the research themes were carried out, and with the data collected statistical correlation and linear regression tests were applied. The results point out that for women considered unfit, income is lower than for men, they have elementary school education, and they are challenged. The influence of money resulted in an average of 40% for electoral performance, and electoral success found that for every 1 woman elected there are 6.8 men elected. These data are consistent and contribute to the debate on the complexity of electoral determinants and the challenges that gender relations impose on contemporary development and democracy.

Keywords: Women. Politics. Development. Municipal Elections. Electoral Financing.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES.....	50
GRÁFICO 2 - DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES.....	50
GRÁFICO 3 - DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES.....	51

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - QUANTITATIVO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.....	40
TABELA 2 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.....	41
TABELA 3 - GRAU DE INSTRUÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.....	43
TABELA 4 - OCUPAÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.....	44
TABELA 5 - OCUPAÇÃO: DONA DE CASA DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.....	45
TABELA 6 - DESCRITIVO DO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS DAS CANDIDATAS APTAS/INAPTAS.....	46
TABELA 7 - CANDIDATAS DESAFIANTES OU INCUMBENTES COM CANDIDATURAS INAPTAS E APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%).....	47
TABELA 8 - CANDIDATAS COM CARREIRA POLÍTICA OU NÃO COM CANDIDATURAS INAPTAS E APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%).....	47
TABELA 9 - CANDIDATURAS APTAS E RECEITAS DE CAMPANHA, PARA O CARGO DE VEREADOR, NOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES, POR ELEIÇÃO.....	49
TABELA 10 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES ABSOLUTOS).....	52
TABELA 11 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES RELATIVOS).....	52

TABELA 12- ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS (VALORES ABSOLUTOS) .....	53
TABELA 13 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS (VALORES RELATIVOS).54	
TABELA 14 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS POR SEXO (VALORES ABSOLUTOS) .54	
TABELA 15 - RECEITA MÉDIA DE CAMPANHA E VOTOS POR SEXO (DISTRIBUIÇÃO DAS MEDIDAS CENTRAIS).....	55
TABELA 16 - QUARTIL INFERIOR E QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS E QUARTIL INFERIOR E QUARTIL SUPERIOR DE VOTOS DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2008,2012 E 2016.....	56
TABELA 17 - COMPARAÇÃO DE MÉDIAS DE RECEITAS (R\$) ENTRE ELEITOS (AS) E NÃO ELEITOS.....	58
TABELA 18 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS POR SEXO .....	59
TABELA 19 - DESCRIÇÃO DO GRAU DE INSTRUÇÃO ELEITOS (AS) COM RECORTE NO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS .....	60
TABELA 20 - DESCRIÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA ELEITOS (AS) COM RECORTE NO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS .....	61
TABELA 21 - DESCRIÇÃO DE DESAFIANTES X INCUMBENTES ELEITOS (AS) COM RECORTE NO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS .....	62
TABELA 22 - ANÁLISE LOGÍSTICA DAS VARIÁVEIS PREDITORAS DO SUCESSO ELEITORAL ENTRE OS CANDIDATOS A VEREADORES DE 2008, 2012 E 2016 (MUNICÍPIOS COM MENOS ATÉ 50.000 ELEITORES). .....	63
TABELA 23 - REGRESSÃO LINEAR TOTAL DE VOTOS- 2008, 2012 E 2016, DOS CANDIDATOS A VEREADORES DO BRASIL EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL HABITANTES.....	64
TABELA 24 - REGRESSÃO LINEAR PARA ANALISAR O TOTAL DE RECEITAS AO LONGO DE 2008, 2012 E 2016, DOS CANDIDATOS A VEREADORES DO BRASIL EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADI	– Ação Direta de Inconstitucionalidade
ARSD	– Análise de Redes Sociais
ENESSO	– Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
GETE	– Grupo de Estudos Territoriais
GETRAVI	– Grupo de pesquisa trabalho, gênero e violência doméstica
IFDM	- Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IPCA	– Índice de Preços ao Consumidor Amplo
LAR	– Laboratório de Análise de Redes
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
UEPG	– Universidade Estadual de Ponta Grossa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 A (SUB) REPRESENTAÇÃO FEMININA E SEUS DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA</b> .....	<b>21</b>
2.1 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DEMOCRACIA. ....	21
2.2 A (SUB) REPRESENTAÇÃO ELEITORAL DAS MULHERES NO BRASIL .....	28
<b>3 MATERIAL E MÉTODOS DA PESQUISA</b> .....	<b>35</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>39</b>
4.1 AS “BARRADAS NO BAILE” ELEITORAL: HÁ UMA PARTICIPAÇÃO MAIOR DE MULHERES DO QUE HOMENS ENTRE AS CANDIDATURAS INAPTAS .....	39
4.2 A INFLUÊNCIA DO DINHEIRO SOBRE O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES .....	48
4.3 O SUCESSO ELEITORAL E OS FATORES PARA ARRECADAÇÃO DE CAMPANHA DAS MULHERES .....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>67</b>
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	70
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente a mulher conquistou progressivamente seu reconhecimento como sujeito político de direitos, se fazendo presente nas esferas de discussão, no mercado de trabalho, no direito ao voto, entre outros aspectos. Todavia, mundialmente é “tão recente a participação protagonista da mulher política que realmente estamos ainda trilhando os primeiros passos para a naturalização desta presença” (PANKE, 2016, p, 45).

Limongi (2019) cita que o processo de conquista de direitos políticos das mulheres brasileiras é um tema de extrema relevância para discussão sobre a igualdade de gênero e o seu resultado na sub-representação feminina, pois ainda que o direito ao voto tenha sido conferido às mulheres em 1932, a igualdade política formal entre os gêneros só foi iniciada em 1965, restando muito a ser conquistado no sentido da igualdade de fato.

O Código Eleitoral de 1932, promulgado por Getúlio Vargas, mais precisamente pelo decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, apesar de estender o direito ao voto às mulheres, em seu Artigo 121 estabelecia que o voto, especificamente para as elas, era voluntário, contudo, às mulheres que já exerciam trabalho remunerado o voto era obrigatório. O que denota que o Estado não tinha a pretensão de interferir na autoridade masculina que era imposta no interior das famílias, dado que a participação política das mulheres representava uma ameaça à unidade familiar (LIMONGI *et. al.*, 2019). Entretanto, em comparação a nível mundial, pode-se considerar que tal promulgação foi um avanço.

Até a promulgação do Código Eleitoral de 1965 (Lei nº 4.737) a prerrogativa dada aos homens de decidir se suas esposas poderiam ou não votar continuou de forma velada. Para Limongi *et. al.*, (2019), o que houve até 1965 foi uma naturalização da exclusão da figura feminina no âmbito eleitoral. A voluntariedade foi uma forma disfarçada de manter a decisão nas mãos do, à época, “chefe” da família e se apresentou como uma limitação efetiva à participação feminina às decisões eleitorais.

Atualmente observa-se uma mudança nesse cenário, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>1</sup> o número de eleitores aptos para a eleição geral de 2022 é de 156.454.011, sendo que 53% são mulheres. Em números absolutos, são 8,3 milhões de mulheres eleitoras a mais. Embora tenha um corpo eleitoral feminino maior, a integração da mulher no cenário político brasileiro tem sido lenta e incompleta. E em termos de candidaturas e exercício de mandatos, os entraves enfrentados pelas mulheres foram e são mais difíceis de serem alcançados de forma igualitária (PANKE, 2016).

Diante dessa herança histórica, as mulheres continuam vivenciando uma sub-representação nos espaços de direitos. De acordo com o mapa da União Interparlamentar e ONU Mulheres (IPU-UN Women) que apresenta as classificações globais de representação de mulheres em parlamentos, a partir de 1º de Janeiro de 2022, o Brasil ocupa a 144ª posição mundial, com 14,81% das representantes na Câmara (UN Women – Women in Politics 2022). Nas eleições de 2018, pode-se presenciar um aumento de aproximadamente 50% da bancada feminina na câmara dos deputados, que de 55 parlamentares chegou a 77 e contou também com a eleição da primeira secretária da mesa diretora, deputada Soraya Santos.

Quando analisada a proporção feminina entre titulares de instituições de poder como os Ministérios, em janeiro de 2021 o Brasil possuía apenas duas mulheres representantes contra 19 ministros, representando apenas 10,5% do total de ministros (ALZIRAS, 2022).

A sub-representação das mulheres na política eleitoral brasileira, provoca a reflexão para a presente pesquisa. Há evidências teóricas e pesquisas estatísticas de que o sucesso eleitoral e o seu desempenho estão correlacionados com o investimento de recursos financeiros nas campanhas, e que há uma forte correlação entre receita, desempenho e o sucesso eleitoral (JUNCKES *et. al.*, 2019).

Speck e Cervi (2016) também apontam a forte correlação entre o financiamento político e o desempenho eleitoral nas eleições para prefeito em 2012. Deschamps (2019) cita que candidatos com maiores recursos financeiros possuem maiores chances de vencer as eleições, Martins (2021) complementa tal afirmação e destaca que o sucesso eleitoral é determinado por um conjunto de fatores e variáveis. E Bueno (2020) destaca que tanto a receita, como também fatores sociais

---

<sup>1</sup> <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022>

e políticos influenciam no desempenho e sucesso das mulheres, o que motiva a presente pesquisa.

Diante desse contexto estabelece-se como pergunta de partida de pesquisa: quais os fatores que influenciam essa sub-representação das mulheres na política brasileira nos municípios de pequeno e médio porte?

Para orientar os trabalhos e responder à questão de pesquisa, admite-se a hipótese de que fatores como sexo, grau de instrução, carreira política, incumbência e, especialmente, o financiamento eleitoral influenciam para o reduzido desempenho e o sucesso das mulheres candidatas.

A pesquisa parte e justifica-se nos pontos de vista pessoal, social e acadêmico da pesquisadora. A escolha do tema remete primeiramente a trajetória pessoal e acadêmica da mesma, enquanto mulher, mãe, e de uma família monoparental feminina que tem como base a resistência a educação.

Desde muito cedo, como forma de sobrevivência utilizei de programas do governo, decorrentes das políticas públicas, como o acesso à tratamentos de saúde através do SUS, em que as idas aos postos de saúde eram frequentes, bem como dos programas de assistência social, através de complementação de renda pelo Programa Bolsa Família e da tão sonhada graduação que fiz através do Programa Universidade para Todos - ProUni. Aprendi que a educação poderia mudar minha realidade, então fui em busca disso. Na universidade comecei a compreender a política e aproximei-me dos estudos de gênero, participei do Grupo de Estudos Trabalho, Gênero e Violência Doméstica (GETRAVI) que abordava temas de direitos humanos, violência de gênero e política social. Iniciei, mesmo que timidamente, uma militância através da representação da turma, depois do centro acadêmico e por fim na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Conclui a graduação de Serviço Social e me tornei uma militante pela causa das mulheres, minha atuação profissional foi baseada no compromisso de luta pela igualdade das mulheres, com um olhar sensível às questões de gênero vivenciadas em cada atendimento social. Percebi a necessidade do constante aprimoramento intelectual para enfrentar as lutas travadas coletivamente nas representações de políticas públicas, em que eu acompanhava os usuários nas Conferências Municipais de Assistência Social, nas quais eles tinham vez e voz para expor suas necessidades, almejando uma possível mudança na política pública, porém, por vezes os mesmos não eram ouvidos.

Então, no exercício permanente de cidadania, sofrendo a falta de representatividade feminina nos espaços político-decisórios, e compreendendo que para sua superação são necessários estudos de diversas literaturas e análises compartilhados com a comunidade, para assim gerar o conhecimento do todo e a importância em discutir o assunto, surge essa pesquisa e por resultado, essa dissertação de Mestrado.

Essa pesquisa constitui também um avanço indicado na pesquisa de Bueno (2020)<sup>2</sup>, na qual a autora investigou os fatores da sub-representação das mulheres em 441 municípios de grande porte no país e recomendou o segmento na análise dos municípios de menor porte para que se obtenha uma análise nacional.

Esta pesquisa difere-se por sua originalidade no recorte em candidatas mulheres, pois de acordo com Miguel e Biroli (2014)<sup>3</sup>, há um déficit em pesquisas que abrangem o contexto de eleições municipais, com ênfase nos cargos de vereadores (as). O estudo abrange 5.108 municípios brasileiros<sup>4</sup>, com o delineamento nas eleições para vereadores nos anos de 2008, 2012 e 2016 com especificidade aos municípios de porte pequeno (até 5.000 eleitores), pequeno médio (entre 5.001 e 10.000 eleitores) e médio (entre 10.001 e 50.000 eleitores), conforme classificação (SPECK; CERVI, 2016).

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a influência dos fatores sexo, grau de instrução, carreira política, incumbência, receita e voto no resultado do desempenho e do sucesso eleitoral das mulheres nos municípios de pequeno e médio porte no Brasil. Este objetivo desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: Compreender a produção teórica referente à representação política feminina e o sistema eleitoral brasileiro; dimensionar as variáveis da marginalização/exclusão política das mulheres; e contribuir para as discussões sobre a participação da mulher nas políticas públicas de desenvolvimento e sustentabilidade.

---

<sup>2</sup> BUENO, Adriana Aurea Mota. **Gênero, dinheiro, democracia e desenvolvimento: uma análise da sub-representação política das mulheres no Brasil**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2020. – A presente pesquisa foi realizada com 441 municípios do país, considerados de porte médio-grande e grande.

<sup>3</sup> Miguel e Biroli (2014) destacam a dificuldade de representar os gêneros nos trabalhos acadêmicos, ao qual a língua contribui para naturalizar o masculino como genérico. Diante disso e embasado nos autores, nesta pesquisa, optou-se por manter a regra gramatical padrão.

<sup>4</sup> A categorização dos municípios e o porquê de trabalhar com 5.108 estão descritas no capítulo Material e Métodos.

A presente pesquisa permeou diferentes processos para sua conclusão, organiza-se em quatro capítulos, além da introdução que constitui o primeiro.

No segundo capítulo realiza-se uma discussão conceitual de representação, relacionando a democracia, o desenvolvimento e a representação política feminina. A ênfase é para a necessidade de alcançar as metas de desenvolvimento estipuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma forma de mensurar a efetiva representação feminina. Contextualiza-se historicamente a busca das mulheres pela igualdade, através do sufrágio feminista e de acontecimentos históricos. Em seguida, aponta-se brevemente o sistema eleitoral brasileiro, como o mesmo funciona e os estudos atuais sobre o financiamento eleitoral municipal, tema que tem crescido significativamente na academia.

O terceiro capítulo refere-se aos materiais e métodos, nele traça-se o caminho metodológico percorrido na pesquisa, detalha-se a coleta de dados, os testes e procedimentos utilizados e índice para a normalização das variáveis. Por fim, o quarto capítulo apresenta a análise dos resultados da pesquisa; e concluindo a pesquisa, partindo para as considerações finais, em que se constatou que para além de questões econômicas, fatores de instrução e ocupação geram a desigualdade na aptidão de mulheres e resulta numa tendência de perfil dos eleitos.

## **2 A (SUB) REPRESENTAÇÃO FEMININA E SEUS DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA**

Esse capítulo apresenta o embasamento teórico para compreender a sub-representação de mulheres no financiamento eleitoral. Inicialmente, versa sobre a relação da democracia com a representação política feminina, atravessa a relação do poder da sociedade patriarcal, correlacionado ao desenvolvimento e a busca histórica das mulheres pela igualdade. Em seguida, aponta-se brevemente o sistema eleitoral e os estudos do financiamento eleitoral municipal, tema que tem crescido significativamente.

### **2.1 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DEMOCRACIA.**

Os estudos de representação feminina são densos e amplos na academia de uma forma geral, porém uma das intenções nessa pesquisa é compreender uma de suas vertentes na representatividade política e no financiamento eleitoral municipal. De acordo com Pitkin (2006) a representatividade é um termo complexo e abstrato, mas de possível compreensão. E para compreender o conceito de representação política, é necessário conhecer as questões históricas das instituições e como se deu o seu desenvolvimento. O termo em si já perpassou por diferentes significados, como no século XVII em que era de “pôr-se em lugar de outros”, para “atuar para outros”. Hobbes por exemplo, vincula o representante a “alguém que recebe autoridade para agir por outro, que fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria” (PITKIN, 2006, p.28).

Pitkin (2006) cita alguns autores clássicos que compreendem o governo como um dispositivo fundamental para a representação na democracia, pois é impossível reunir uma nação em um único local. É um dispositivo de possibilidades que assegura um bem público de toda uma sociedade. Em parte, outros autores citam a representatividade no viés da individualidade, da representação dos seus interesses expressa em participação democrática.

De modo geral, Pitkin (2006) afirma que pensadores atuais resgatam a etimologia da palavra em que representar na política é possibilitar voz aos cidadãos

através do representante eleito por eles e sugerem que a participação no poder público e a responsabilidade podem ter valor na democracia, contribuindo para o bem coletivo e para o desenvolvimento da sociedade, através da liberdade do povo e de instituições representativas.

Manin, Przeworski e Stokes (2006), abordam a necessidade de transformação dessas instituições representativas na atualidade para se alcançar uma democracia mais efetiva e assim resultar em políticas públicas eficazes para a população. Sugerem uma reforma das instituições para garantir a democracia, não reduzindo o controle da representação dos eleitores unicamente ao voto de quatro em quatro anos. Explicam também a falta de controle que o cidadão tem do seu eleito, sem saber se ele fará tudo que prometeu, pois acreditam que “as eleições não são mecanismos suficientes para assegurar que os governantes farão tudo o que puderem para maximizar o bem-estar dos cidadãos” (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 133). Compreendem que as eleições são mecanismos de Accountability vertical, ou seja, que o povo exerce força/pressão ao governo, que o mesmo esclareça e faça cumprir políticas públicas, prestação de contas, entre outros fatores estruturais e normativos. Esse termo remete a uma democracia mais forte, composta pelos cidadãos que desenvolvem o constante ato de fiscalização, vigilância, entre outros, para com os agentes públicos, porém tal situação não é reduzida unicamente ao momento do voto, mas sim para além do período de eleições.

As relações do accountability possuem propensão a caminhos politizados e dinâmicos, com múltiplos atores e demandas, que podem sim evoluir através de debates políticos e de luta dos cidadãos, pois “todos os cidadãos têm o direito de levantar qualquer questão em público e mobilizar apoio para sua visão, tornando abertos os processos de accountability” (OLSEN, 2018, P. 73). Gera-se uma visão crítica através dos processos de accountability, promovendo argumentos que podem afetar a confiança nas instituições, como as eleições.

Essa crítica incita uma reflexão sobre todo o processo eleitoral, desde as intenções de candidaturas, o financiamento de recursos, o sucesso nas urnas e, principalmente, os anos de mandato, se eles serão de fato realizados em prol dos cidadãos e das políticas públicas voltadas às necessidades da população ou serão reduzidos aos interesses do candidato e seu grupo de vinculação política restrita.

A cada eleição percebe-se um elevado aumento no financiamento eleitoral, nesse sentido, Cervi, Horochovski e Junckes (2015) citam que o financiamento das candidaturas pode ser realizado através de doações de uma elite empresarial. O que leva à reflexão do destino desses recursos, onde exatamente são empregados e se existe uma forma igualitária para cada candidato receber esses recursos e assim conseguir disputar os pleitos e alcançar o seu sucesso eleitoral (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006), no entanto, será que essa representação política nas instituições garante a democracia?

Com relação a democracia e políticas públicas, o Índice da Democracia (Democracy Index) que apresenta dados mundiais, cita que a América Latina como um todo registrou o maior rebaixamento por região desde o início do índice em 2006. Esse fenômeno mostra o descontentamento da população na forma com que os governos agiram durante a Pandemia do Coronavírus, com ataques às instituições democráticas, que gerou na população uma desconfiança da capacidade democrática dos governos e seu autoritarismo (UNIT, 2021).

O Brasil, no ano de 2020, ficou na 49ª posição do ranking de 167 posições, o índice cita que os ataques realizados pelo atual governo, como exigir a renúncia de dois membros do Supremo Tribunal Federal e o questionamento sobre a integridade do sistema de votação eletrônica do país, mesmo não havendo evidências de fraude eleitoral, gerou uma desconfiança da população em relação às instituições democráticas (UNIT, 2021).

As instituições democráticas na estrutura social estão correlacionadas às formas de poder constituídas pela sociedade em questão, que para Bobbio *et. al.*, (1994) toda forma de poder é uma expressão de uma desigualdade de recursos e as relações de poder constituem em causalidade. O autor aponta que o poder é a capacidade de agir e produzir efeitos em indivíduos, grupos, objetos e fenômenos naturais. Para exercer o poder é necessária uma intencionalidade que altere o comportamento de outro indivíduo, atingindo assim seus objetivos e tornando o homem não somente um sujeito, mas o objeto do poder social, que é a relação entre pessoas.

Nesse sentido, a relação social é essencial ao exercício do poder, sendo o poder relacional e caracterizado pela imposição da vontade de um perante o outro. E para tanto se utilizam de recursos nos processos decisórios, como persuasão,

manipulação, ameaça, aliciamento, coerção, entre outros, para assim gerar um conflito de vontade e um ressentimento de desigualdade.

Para Bachrach e Baratz (2011) os recursos de poder são abordados através de teorias elitistas e pluralistas. Compreendem que estudar o poder é estudar as forças que o criaram e que o mantêm, seja através de um indivíduo, grupo ou comunidade, pois o poder exercido perante eles afeta outros grupos através da concentração, do reforço de valores e das práticas institucionais que limitam, por muitas vezes, o processo político de consideração pública.

Percebe-se que o poder é então praticado por grupos que reforçam os seus acúmulos e posições perante processos públicos, resultando assim na exclusão ou afastamento de discussões de temas que possam a vir prejudicá-los, influenciando a seleção do que será ou não abordado, e quando abordado se será encaminhado ou não (BACHRACH; BARATZ, 2011), como por exemplo, as questões de gênero e a participação política das mulheres.

Um grande número dos processos decisórios não surge unicamente em esferas públicas, mas também nos espaços domésticos, no cotidiano e nas relações políticas com a sociedade, o que se pode correlacionar com a pesquisa em questão, pois por diversas vezes, a participação política das mulheres se encerra primeiramente no espaço privado, em que desenvolvem dupla jornada de trabalho, pouco incentivo financeiro e emocional, o que compromete sua busca por representação política (SILVEIRA, 2019).

O poder como uma relação social que utiliza recursos sociais econômicos, políticos, culturais e simbólicos, é aplicado com mecanismos sutis e que não tem a consciência dos seus atores, é um tipo de poder invisível, existindo na sociedade, mas também dentro de cada indivíduo. Uma estrutura estruturante entre dominante e desmobilização dos dominados que legitima tal poder, algo naturalizado e determinado (BOURDIEU, 1989). O conceito de poder está interligado ao empoderamento, sendo ele relacional, polissêmico e um atributo ao processo pelo qual indivíduos e grupos obtêm autonomia e protagonismo. A participação e sua representação aumentam a consciência política de indivíduos e grupos, independente de status socioeconômicos favoráveis (HOROCHOVSKI *et. al.*, 2016).

Um dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU para ser alcançado até o ano de 2030 é justamente o Empoderamento, que no

seu objetivo quinto prevê “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015).

Para Arvate *et. al.*, (2021) a participação de mulheres nos espaços públicos de decisão é relativamente baixa mundialmente, mas acredita que uma forma de aumentar seu desempenho é o empoderamento através das meninas adolescentes. Em seu estudo com municípios brasileiros, nomeado “Can women’s performance in elections determine the engagement of adolescent girls in politics?”, (O desempenho de mulheres nas eleições pode determinar o engajamento de meninas adolescentes na política?) identificou que as adolescentes participam mais ativamente da política quando mulheres são eleitas, gerando assim uma modelo de sucesso, mas expõe que a derrota de uma mulher também leva a que outras mulheres e adolescentes sejam desencorajadas de participar do pleito eleitoral.

Para tal empoderamento das mulheres e adolescentes, fatores como educação formal, a educação produzida na escola, a educação informal, produzida através da internet e troca de experiências vivenciadas nas residências, são primordiais para o modelo e desempenho (ARVATE *et al.*, 2021).

Como citado anteriormente, alcançar e naturalizar o empoderamento de mulheres é um Objetivo do Desenvolvimento Sustentável. A problematização do conceito de desenvolvimento foi assumida pela ONU em 1974, através da Declaração de Cocoyoc, como um conceito amplo que deveria atender as necessidades básicas do ser humano, englobando questões econômicas, políticas e sociais. Já em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) inicia ações para produzir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países como uma forma de mensurar esse desenvolvimento e assim cria metas/objetivos para serem alcançados (ONU, 2015).

Nos anos 2000, durante a cúpula do Milênio da ONU, com 191 países os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio<sup>5</sup> (ODM), desdobraram-se nos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois foram considerados muito amplos e não incluíam diversas áreas da sociedade (BRASIL, 2000). Porém, somente em 2015,

---

<sup>5</sup> Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: 1- Acabar com a fome e a miséria. 2- Oferecer educação básica de qualidade para todos. 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. 4 - Reduzir a mortalidade infantil. 5 - Melhorar a saúde das gestantes. 6 - Combater a Aids, a malária e outras doenças. 7 - Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (BRASIL, 2000).

após nova reunião das Nações Unidas e uma nova agenda prospectada até 2030, com a ideia de tornar os objetivos mais mensuráveis e de englobar várias instâncias e agentes da sociedade, como governos e sociedade civil, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), substituem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo um total de 17<sup>6</sup> objetivos (BRASIL, 2015).

Esse estudo adere ao objetivo 5.<sup>o</sup>, contribuindo especialmente para discutir a meta 5.5 que é garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Para tal meta ser alcançada, existem dois indicadores: 1- Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e governos locais; e 2- Proporção de mulheres em posições gerenciais (IBGE; SEAS, 2020).

De acordo com site da Secretaria Especial de Articulação Social, do Governo Federal, a fonte de métrica do primeiro indicador referente a parlamentos nacionais será o resultado das últimas eleições para deputados e vereadores eleitos nos anos de 2006, 2010 e 2014. O segundo indicador tem como métricas os governos locais nos anos de 2004, 2008, 2012 e 2016, sendo seu nível de desagregação o município<sup>7</sup> (IBGE; SEAS, 2020).

A medida dos indicadores está de acordo com a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (International Standard Classification of Occupations - ISCO 08, da OIT), destacando os cargos seniores, gerentes corporativos, altos funcionários e gerentes de produção e serviços especializados. Até o ano de 2019, esse indicador apresentou um resultado de que 37,4% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres no Brasil contra 62,6% por homens (IBGE; SEAS, 2020). É através dos indicadores que se consegue mensurar a meta e verificar se as mulheres têm acesso à vida política e sendo representadas.

Neste trabalho compreende-se o desenvolvimento de uma sociedade a partir das análises de Amartya Sen (2010) e Ignacy Sachs (2008), que destacam que o

---

<sup>6</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1. Erradicação da pobreza. 2. Fome zero e agricultura sustentável. 3. Saúde e Bem-Estar. 4. Educação de qualidade. 5. Igualdade de gênero. 6. Água Potável e Saneamento. 7. Energia acessível e limpa. 8. Trabalho decente e crescimento econômico. 9. Indústria, inovação e infraestrutura. 10. Redução das desigualdades. 11. Cidades e comunidades sustentáveis. 12. Consumo e produção responsáveis. 13. Ação contra a Mudança Global do Clima. 14. Vida na Água. 15. Vida Terrestre. 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17. Parcerias e Meios de Implementação (BRASIL, 2015).

<sup>7</sup> Para maiores informações acessar: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador551>.

desenvolvimento não deve ser aferido com uma visão reducionista unicamente do crescimento econômico, mas também de fatores de qualidade de vida de uma população, englobando questões políticas, ambientais, sociais e culturais. Esse conjunto resulta na expansão da capacidade dos sujeitos, gera um conjunto de liberdades diretamente correlacionável à participação política e coletiva (SEN, 2010).

Para Sen (2010), a mulher tem um papel de agente ativa nas liberdades, sendo indispensável seu reconhecimento na atuação política; considera que mulheres com acesso à educação cessam padrões de dependência financeira e estimulam outras liberdades, como direito de propriedade, baixa mortalidade infantil e redução de índices de fertilidade.

Sachs (2008) compreende que o desenvolvimento é para além do crescimento econômico em que os recursos são necessários, porém tem valor apenas instrumental. O autor destaca oito dimensões de sustentabilidade na sociedade sendo elas social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e internacional, baseando-se em princípios da democracia. No que tange o social e o político, o autor cita a distribuição de renda e uma cooperação internacional para garantir a igualdade das mulheres.

Discutir a participação política de mulheres é um fator importante para a democracia e consecutivamente para alcançar um desenvolvimento sustentável que proporcione uma liberdade ampla. A não participação na vida política e o não empoderamento são contraditórios ao desenvolvimento humano, pois nega suas liberdades, tornando-a insuficiente, e é entendida como meio de privações de liberdades básicas para a sobrevivência (SEN, 2010).

Diante disso, compreende-se que a falta de representação feminina no legislativo impacta diretamente na elaboração e efetivação de políticas públicas para as mulheres, pois de acordo com (CASTRO, 2022, p. 181) “mais mulheres no parlamento, compreende mais propostas voltadas para elas”. Entende que quanto mais mulheres no legislativo se tem, maior é a demanda de propostas que abrangem seu coletivo de acordo com seu viés ideológico, como políticas de legalização do aborto, de fecundidade, de planejamento familiar, aumento da licença paternidade e além de pautas que não são exclusivas do universo feminino.

Essa ausência da representatividade feminina nos espaços políticos de discussão se dá devido a diversos fatores, que se busca analisar nessa pesquisa. Faz-se uma discussão do problema da sub-representação feminina na sociedade,

em específico no Brasil, através da participação política de mulheres nos espaços de decisão públicos, e se há uma representação política “real ou simbólica das mulheres na política” (PANKE, 2016, p.21), uma vez que se entende que através da inserção das mulheres nas instituições democráticas, alcança-se ganhos inigualáveis na evolução da sociedade.

Visto que, para Sen (2010) o processo de desenvolvimento de uma sociedade não se esgota unicamente em maximizações econômicas, mas também na qualidade de vida dos seus sujeitos, através das suas liberdades básicas e de igualdade nas participações decisórias políticas, será de fato potencializado o desenvolvimento humano igualitário e participativo em uma sociedade com a representação ativa de mulheres.

Silveira (2019) elenca três fatores que contribuem para a ausência de representatividade feminina nas instituições brasileiras. Primeiramente a manutenção do *status quo*, em que normalmente o titular do mandato é um homem e isso dificulta sua substituição por mulheres; seguida da autonomia partidária e por fim, os altos custos da disputa eleitoral, em que “parte significativa dos recursos passa por um filtro partidário que, sem democracia interna, ainda depende de decisões majoritariamente masculinas.” (SILVEIRA, 2019 p. 329). Evidenciando que a quantia de investimento de recursos financeiros nas campanhas femininas, seja ela realizada por empresas, partidos ou doações físicas, é sempre deficitária em comparação com os homens (SILVA; CERVI, 2017).

Assim, esta pesquisa está baseada no fator do financiamento eleitoral e nas conclusões alcançadas pelos pesquisadores Deschamps (2019), Bueno (2020) e Martins (2021) destacadas no próximo tópico, pois os mesmos realizaram pesquisas relevantes em relação ao universo do financiamento eleitoral municipal brasileiro.

## 2.2 A (SUB) REPRESENTAÇÃO ELEITORAL DAS MULHERES NO BRASIL

Historicamente o espaço público é predominantemente masculino, com formas de poder estruturais de organização social e cultural, gerando assim a supremacia da diferença biológica, “o desenvolvimento histórico do “ser mulher” se associou diretamente às relações de poder, em que o machismo e o patriarcado defendem a dominação do sexo masculino” (PANKE, 2016, p. 73) o que resulta em uma minoria de participação nos processos decisórios.

A desigualdade está arraigada na estrutura social, sendo vista como algo natural, em que as relações sociais são determinadas na forma masculina de ser (PANKE, 2016). Essa é uma herança machista, citada em pesquisa inédita realizada pela ONU Mulheres em 2016<sup>8</sup>, a qual revela que 81% dos homens se consideram machistas e que reafirmam os papéis do que é ser homem e mulher, distanciando cada vez mais a igualdade nos espaços de poder (SILVEIRA, 2019).

O primeiro momento histórico feminista, datado do início do século XIX, buscava a igualdade de direitos entre homens e mulheres, sobretudo das mulheres casadas que buscavam sua representação através do voto e de concorrer às eleições, objetivando a legitimidade dos seus direitos perante a sociedade (MIGUEL; BIROLI, 2014). Esse momento histórico de luta foi nomeado de movimento pelo sufrágio feminino, ou movimento sufragista.

O mundo vivia uma vasta influência da expansão da sociedade industrial e sua necessidade de assimilar as mulheres como força de trabalho no espaço público, não sendo restritas portanto unicamente aos trabalhos domésticos. Todavia, a demanda industrial alcançava principalmente mulheres brancas, e autoras como Harriet Taylor Mill, discutiam sobre a necessidade de luta também pelo direito de mulheres negras e escravizadas (MIGUEL; BIROLI, 2014).

O segundo momento histórico feminista inicia-se nos Estados Unidos em meados da década de 40, com uma bandeira sobre sexualidade e direito reprodutivo, e que tais pautas precisavam sair do âmbito privado e serem discutidas e tratadas no público. Nesse período iniciam-se as discussões sobre gênero (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Discussões sobre sexualidade e igualdade são aprofundadas na terceira onda feminista, já na década de 90, gera-se então maior pertencimento político das mulheres, inclusão em movimentos sociais, maior representatividade de mulheres negras e temas como aborto viram pauta de políticas públicas mundiais (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Panke (2016) faz um comparativo entre 12 países da América Latina<sup>9</sup> em relação ao ano que tiveram o sufrágio e ao ano que de fato houve a primeira

---

<sup>8</sup> Pesquisa ONU Mulheres – Relatório Eles por Elas - [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio\\_ONU\\_ElesporElas\\_PesquisaQuantitativa2016.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_ONU_ElesporElas_PesquisaQuantitativa2016.pdf)

<sup>9</sup> Os doze países são: Bolívia, Antilhas Holandesas, Dominica, Nicarágua, Bahamas, Guiana, Panamá, Chile, Argentina, Costa Rica, Jamaica e Brasil (PANKE, 2016).

representação feminina a nível presidencial. A Bolívia, por exemplo, teve o seu sufrágio feminino em 1952 e a primeira representação presidencial feminina no ano de 1979, ou seja, 27 anos transcorridos. Já o Brasil, na análise da autora, ocupa a última posição, pois o sufrágio teve seu reconhecimento no Código Eleitoral de 1932 e a primeira mulher a assumir a presidência do país fez isso em 2010, sendo 78 anos transcorridos entre sufrágio e a representação de uma mulher na presidência do país.

Porém, em relação ao cargo de vereadora que se aproxima a nossa pesquisa, Lima (2011) cita que no Brasil, a primeira mulher<sup>10</sup> foi eleita em 1935, pelo Partido Social Democrático, na cidade de Muqui, Espírito Santo, sendo assim 3 anos transcorridos do sufrágio e da investidura, percebe-se uma diferenciação entre os cargos e a representação das mulheres no país.

O sistema eleitoral é diferente em vários países, cada um com suas peculiaridades, sendo uns com lista fechada, lista aberta e lista mista. No Brasil, utiliza-se o sistema proporcional de lista aberta para a eleição de vereadores municipais, combinado a outras condições (Nicolau, 2006).

O sistema proporcional de lista aberta no Brasil tem seu início em 1945, e apresenta duas opções, o voto no candidato ou no partido. Ambos os votos são computados e conferidos ao partido ou coligação/federação de partidos para que entre eles sejam distribuídas as cadeiras em disputa, em conformidade com as regras do quociente eleitoral<sup>11</sup> e respectivas sobras, além do alcance de alguns percentuais mínimos de votação que funcionam como barreiras para “candidatos/as nanicos/as” (Nicolau, 2006).

O número de cadeiras que o partido ou coligação/federação conquistou é distribuído internamente aos candidatos/as em ordem decrescente de votação obtida. Em síntese, no sistema proporcional de lista aberta, a votação nos candidatos serve “apenas” para ordenar os candidatos mais votados no interior dos partidos ou coligações/federações (Nicolau, 2006).

Sobre esse sistema é importante compreender que nem sempre o candidato com mais votos será eleito, pois o candidato realiza uma disputa interna com seus

---

<sup>10</sup>Para acesso a sua biografia acesse o site: <https://www.camaramuqui.es.gov.br/pagina/ler/347/biografia-da-nenen-paiva>

<sup>11</sup>Para maiores informações sobre o cálculo acesse o site: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/quociente-eleitoral>.

concorrentes dentro do próprio partido ou coligação/federação. Esse sistema sofreu alteração em 2020, porém, como o universo dessa pesquisa são os anos 2008, 2012 e 2016 essa alteração não será contemplada.

No que diz respeito às mulheres no sistema eleitoral, a criação da Lei 9.504/97 estabeleceu normas para as eleições, normatizando uma cota de 30% para candidatas de cada sexo e o máximo de 70%, promovendo uma concorrência mais igualitária. Contudo, de acordo com Silva e Cervi (2017) não são efetivadas de fato as investidas, pois os partidos registram as nominatas<sup>12</sup> de candidaturas contendo 30% de mulheres, todavia esse percentual se torna menor durante o processo de aptidão dos registros, ou seja, durante a verificação de requisitos formais das candidaturas que ocorre até a data das eleições.

De acordo com Silveira (2019) essa lei impõem as cotas, mas tem sua maior efetividade em 2019, sofrendo alteração no Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as eleições de 2022 em que cita:

Ac.-TSE, de 25.8.2020, na CTA 060030647: Os recursos públicos do Fundo Partidário e do FEFC e o tempo de rádio e TV destinados às candidaturas de mulheres devem ser repartidos entre mulheres negras e brancas na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações; devem, também, ser destinados ao custeio das candidaturas de homens negros na exata proporção das candidaturas apresentadas pelas agremiações. Inadequabilidade de estabelecimento, pelo TSE, de política de reserva de candidaturas para pessoas negras no patamar de 30%. Aplicação do entendimento a partir das Eleições 2022 (BRASIL, 2020).

Essa alteração objetiva uma maior igualdade entre o recurso destinado dos partidos para as candidaturas, sendo esse entre sexo e raça, respeitando o mínimo estipulado pelo legislador em 30%. Um grande avanço para o sistema eleitoral brasileiro, incluindo a raça, pois historicamente é um país que exclui mulheres, sobretudo mulheres negras (MANCUSO *et al* 2018).

As desigualdades na política apresentam características de perfil dos/as candidatos/as eleitos/as e que para tais candidaturas, recursos como dinheiro, tempo livre e rede de contatos é determinante (Philips, 1995 *apud* MIGUEL; BIROLI, 2010). Recursos que estruturalmente são custosos para as mulheres terem participação ativa na política, pois fracionam seu tempo livre com as responsabilidades doméstica, cuidado dos filhos e dependência financeira.

---

<sup>12</sup> Lista de nomes dos membros dos partidos.

O investimento financeiro tem sido apontado como um fator de exclusão da representatividade das mulheres no Brasil. Mancuso *et. al.*, (2018) declaram que nas eleições de 2014 para o cargo de deputado, os recursos investidos pelas empresas representaram 72,9% de todo o financiamento eleitoral e que parte significativa do recurso foi destinada a homens brancos. Resultando que mulheres negras têm sido sistematicamente subfinanciadas no país, tanto por empresas, como também por doadores físicos e fundo partidário. Ou seja, o perfil dos eleitos é determinado pelo sexo e a cor da pele, o que então define a quantidade de recursos recebidos para realizar as candidaturas.

Porém, nas eleições de 2020, o município de Curitiba apresentou algo inédito, com 8.874 votos, uma mulher, negra, jovem, professora e feminista, Carol Dartora (PT), foi eleita para a câmara dos vereadores, tendo sido a terceira candidata mais votada nesse pleito (CURITIBA, 2021). Esse resultado aponta a representatividade da mulher negra e uma “quebra” do perfil dos eleitos, mesmo que sendo um número relativamente baixo, percebe-se uma mudança no padrão e uma efetividade na lei de cotas.

Mancuso e Speck (2015) afirmam que a maioria das pesquisas aponta determinantes políticos das receitas e despesas eleitorais, porém, há também pesquisas que apontam determinantes econômicos e sociais. Dentre os determinantes políticos mais mencionados na literatura para explicar o financiamento e do dispêndio eleitoral estão: a) o partido político dos candidatos; b) a pertença do partido do candidato à base de apoio ao presidente no Congresso; c) o exercício de mandato e d) a magnitude do distrito.

Diante desse cenário, a alteração da lei 13.165/2015 (Minirreforma Eleitoral) impacta nas eleições a partir de 2016, pois reformula regras, não mais permitindo a doação de pessoas jurídicas empresariais para as candidaturas e partidos. Reis e Eduardo (2019) citam que alteração da lei e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.650-DF, tem resultado na questão, pois evidencia o poder do autofinanciamento a favor de quem possui mais capital, reafirmando a plutocracia<sup>13</sup> eleitoral.

---

<sup>13</sup> Para Romano (2021) é um sistema político no qual o poder é exercido pelo grupo mais rico. Esta concentração de poder nas mãos da elite econômica é acompanhada de profunda desigualdade de renda e baixo grau de mobilidade social.

Avaliando os impactos da proibição das doações empresariais para candidaturas e partidos, Deschamps (2019) realizou uma análise com 441 municípios brasileiros nos pleitos de 2008, 2012 e 2016, e confirmou sua hipótese em conformidade com a literatura apresentada, de que os candidatos com maiores recursos financeiros possuem maiores chances de vencer as eleições. O autor demonstra que um vereador sem recursos financeiros tem suas chances aproximadamente zeradas de sucesso eleitoral e que mesmo com a proibição de doações empresariais, o Brasil tem uma estrutura do financiamento eleitoral arraigada na plutocracia. Nos 441 municípios pesquisados com mais de 50 mil eleitores, para alcançar “êxito nas eleições, é fundamental estar posicionado no grupo dos campeões de financiamento eleitoral” (DESCHAMPS, 2019, P. 78).

Martins (2021) realizou estudo com 5.108 municípios brasileiros nos três pleitos (2008, 2012 e 2016) como uma forma de complementar a pesquisa de Deschamps (2019) e trazer à luz características específicas do fenômeno do dinheiro nos municípios com menos de 50 mil eleitores. Evidenciou que quanto maior eleitoralmente são os municípios, maior é a influência do dinheiro sobre a votação, e que os recursos financeiros destinados para as campanhas possuem uma correlação maior para o sucesso eleitoral. O dinheiro é um fator determinante para o sucesso eleitoral de candidatos ao cargo de vereador nos municípios com menos de 50 mil habitantes, mas existem “outros fatores e variáveis [...] que também influenciam o resultado final das eleições para o cargo de vereador” (MARTINS, 2021, p. 64). Alguns desses fatores foram analisados nesta pesquisa, além do dinheiro e o voto, em específico nos pleitos femininos.

Um desses fatores do sucesso é a variável sexo. De acordo com pesquisa realizada por Bueno (2020) em 441 municípios brasileiros com mais de 50 mil eleitores, apontou que ser mulher diminui em 40% a chance de eleição. Contudo, caso as mulheres recebessem mais recursos para concorrer aos pleitos de 2008, 2012 e 2016, teriam mais chances de sucesso eleitoral.

A autora demonstra que houve um aumento significativo de registro de mulheres para as eleições de 2016, sendo quase o dobro da eleição anterior, ano que coincide com a proibição do financiamento empresarial, porém, tal situação não mudou o cenário para uma maior participação de mulheres entre os eleitos. A autora destaca outros fatores decisivos, como: carreira política e incumbência, e que

candidatos com essas “características tendem a possuir maiores receitas, com ou sem proibição do financiamento empresarial” (BUENO, 2020, p. 71).

Posto isto, percebe-se que a democracia tem sido afetada pela plutocracia e de fato não tem garantido seu funcionamento igualitário. Martins (2021, p. 22) cita que “o processo eleitoral para um candidato não se resume apenas entre votar e ser votado. Este deve ter a seu favor uma variável que está intrinsecamente ligada àqueles que conseguem uma vaga, que é o dinheiro”. Bueno (2020, p. 74) afirma também que é “evidente que as desigualdades socioeconômicas produzem outras desigualdades, como a exclusão do cenário político”.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS DA PESQUISA

Essa pesquisa possui caráter tanto descritivo quanto explicativo, uma vez que parte da sua exploração descritiva referente ao fenômeno da sub-representação feminina na política, além de investigar e discutir os fatores ou variáveis que influenciam e dimensionam o objeto de pesquisa.

A pesquisa de caráter descritivo “pretende descrever com exatidão” (TRIVIÑOS, 2007, p, 111) os fatos e fenômenos de determinada realidade ou estabelecer relações entre as variáveis desse fenômeno. Porém, para Castro (1976 *apud* OLIVEIRA, 2011) a pesquisa descritiva é limitada a descrição de variáveis isoladas, sem que sejam associadas, e para isso, sugere a pesquisa explicativa.

De acordo com Lakatos & Marconi (2001 *apud* OLIVEIRA, 2011), a pesquisa explicativa envolve relações causais através da manipulação de variáveis para alcançar o objeto de estudo, identificando assim a causa do objeto. Porém, o autor destaca a importância de se estabelecer critérios para afirmar a causalidade e não aplicar como verdade tais fenômenos.

Considera-se essa pesquisa quanti-qualitativa, devido à triangulação que busca comparar e contrastar dados estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente (CRESWELL; CLARK, 2007 *apud* OLIVEIRA, 2011).

Na primeira etapa da pesquisa, realizou-se a aproximação e compreensão do tema proposto adotando a revisão sistemática da literatura (RSL) elaborada por Sampaio e Figueiredo Filho (2019). Os autores estudam o financiamento de campanha nas eleições municipais e citam que esse tema começou a ser objeto de estudo científico em 2010, ou seja, tornando a presente pesquisa bem atual. Descrevem ainda que em 40% das pesquisas identificadas nessa RSL os temas buscavam entender como os recursos eram aplicados exclusivamente em campanhas para o cargo de prefeito, muitos com foco apenas nas 26 capitais brasileiras. A RSL dos autores revelou ainda que, em sua maioria, as pesquisas investigadas não avaliaram o efeito causal do dinheiro sobre a disputa eleitoral e não fizeram inferências estatísticas sobre o padrão de associação entre variáveis. Assim, a estatística descritiva foi a técnica mais utilizada. Apontam que a literatura tem evidenciado que o dinheiro é importante para obtenção de um bom resultado nas urnas. Porém, ressaltam que ainda é preciso ampliar o entendimento a fim de

explicar este fenômeno nas eleições municipais (SAMPAIO; FIGUEIREDO FILHO, 2019). Portanto, essa pesquisa se apoia na RSL citada.

A aproximação com a produção teórica do campo da pesquisa foi de grande relevância, pois foi possível ampliar a compreensão sobre o fenômeno da sub-representação das mulheres na democracia e sua causalidade no financiamento eleitoral brasileiro, gerando suporte para a discussão conceitual e posteriormente os resultados estatísticos da pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada através da coleta de dados, compreendida como pesquisa documental que são “materiais que não receberam tratamento analítico, ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2012, p. 51), podendo ser de fontes secundárias, como as tabelas estatísticas.

A fonte de pesquisa é o Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, com cobertura temporal nos anos de 2008, 2012 e 2016. A abrangência espacial da pesquisa resultou em 5.108 municípios<sup>14</sup>

Os dados foram disponibilizados pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE)<sup>15</sup> da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que desenvolve estudos sobre eleições e financiamento eleitoral no Brasil com um banco de dados do TSE completo, com candidaturas, resultados de eleição, fatores, entre outros.

Além do GETE, o banco de dados foi depurado pelos pesquisadores do Laboratório de Análise de Redes (LAR) da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral onde têm sido desenvolvidas pesquisas em análise de redes sociais (ARS) e financiamento eleitoral.

Após a disponibilização desse banco, houve a sua depuração e organização dos fatores que responderam ao problema de pesquisa. Além de um editor de planilhas, utilizou-se o *software* de estatística R para manipulação das tabelas e aplicação dos testes e ensaios estatísticos. Para manipulação dos dados, contou-se com a assessoria da doutoranda em Ciência Política, Naiara Sandi de Almeida Alcantara.

---

<sup>14</sup> Relacionados em <https://github.com/DawanaCordova/5.108-munic-pios-brasileiros-e-sua-quantidade-de-eleitores/blob/main/TAB.%20cidades.docx>.

<sup>15</sup> Para consulta ao banco acesse <http://www.getepolítica.org/>.

De acordo com Deschamps (2019), para parametrização dos estudos optou-se por exclusão dos municípios criados a partir de 2013, sendo eles os cinco municípios: Balneário Rincão/SC, Mojuí dos Campos/PA, Paraíso das Águas/MS, Pescaria Brava/SC e Pinto Bandeira/RS. Assim, manteve-se a mesma quantidade de municípios nos três pleitos.

A outra exclusão se deu devido à inconsistência do banco de dados do TSE de identificação original, sendo assim excluídos os seguintes municípios: Novo Airão/AM, Cururupu/MA, Rosário/MA, Sambaíba/MA, Santa Helena/MA, Santa Luzia do Paruá/MA, São Luís do Quitunde/AL, Itabuna/BA, Lauro de Freitas/BA, Rancho Alegre/PR, Ibirubá/RS, Guapó/GO, Pires do Rio/GO e Campinápolis/MT.

Com isso o banco de dados resultou em 5.549 municípios, dentre esses, 441 municípios foram utilizados nas pesquisas de Bueno (2020) e Deschamps (2019), por ser considerado com mais de 50.001 eleitores e a pesquisa de Martins (2021), e a presente pesquisa analisa os 5.108 municípios restantes, caracterizados como tendo de 1 até 50.000 eleitores, catalogados como pequeno, pequeno-médio e médio (SPECK e MANCUSO, 2013). Deschamps (2019) cita essa catalogação:

Baseando-se em Speck e Mancuso (2013), Carlomagno (2015) e Speck e Cervi (2016), classificamos os municípios, em função do porte eleitoral (número de eleitores) de cada um, em cinco grupos: 1) Pequenos, até 5 mil eleitores; 2) Pequenos-Médios, de 5.001 a 10 mil eleitores; 3) Médios, de 10.001 a 50 mil eleitores; 4) Médios-Grandes, de 50.001 a 200 mil eleitores e; 5) Grandes, acima de 200 mil eleitores. Para essa classificação dos municípios, nos respectivos grupos, foi utilizado como referência, para 2008, 2012 e 2016, o quantitativo de eleitores nas eleições municipais brasileiras de 2016 (DESCHAMPS, 2019, p. 34).

Após a linha de corte, resultando nos grupos 1, 2 e 3, iniciou-se a terceira etapa da pesquisa, com a análise dos dados através de estatística descritiva e inferencial, com testes de correlação, teste de associação, teste de correlação de Pearson e regressão linear simples e múltipla. Utilizaram-se as variáveis quantitativas disponibilizadas pelo TSE para responder a pergunta da pesquisa: Quais os fatores que influenciam a sub-representação das mulheres na política brasileira nos municípios de pequeno e médio porte? É importante citar que as variáveis que respondem e essa pergunta são referentes a candidaturas aptas.

Destaca-se que a variável “ocupação” foi autodeclarada e conta originalmente com mais de 200 ocupações no banco de dados, por isso foram agregadas por grau

de especialização de acordo com tabela de classificação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho (BUENO, 2020).

Deschamps (2019) cita a utilização dos dados absolutos, ou seja, valores sem qualquer manipulação na pesquisa, sendo eles: receitas financeiras de campanha, quantidade de votos obtidos e situação dos candidatos, e se eleito ou não. Já para os dados relativos considerou a constituição de um índice para a normalização das variáveis: participação do candidato no total de votos do município e a participação do candidato no total de receitas do município. Para a obtenção desses dados utilizou as fórmulas a seguir, a qual aplicou-se nessa pesquisa.

$$\text{Participação do candidato no total de votos do município} = \frac{\text{Total de votos do candidato}}{\text{Total de votos no município}}$$

$$\text{Participação do candidato no total de receitas do município} = \frac{\text{Total de receitas do candidato}}{\text{Total de receitas no município}}$$

O tratamento, a análise e o resultado desses dados e a pesquisa em si, são apresentados nos próximos capítulos, destaca-se que todos os testes realizados estão disponíveis no Github<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> <https://github.com/DawanaCordova/Script-da-Disserta-o>.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta as análises das candidaturas pesquisadas. Esse processo tem início com a reflexão sobre as candidaturas deferidas no momento do registro da nominata de candidatos e aquelas de fato consideradas aptas para o pleito eleitoral. Realiza-se então uma discussão preliminar sobre as candidaturas de mulheres tornadas inaptas para a disputa eleitoral, ou seja, aquelas que embora inscritas para o pleito são excluídas do certame logo na primeira fase do processo, as quais são denominadas “barradas no baile”.

Em seguida, o capítulo apresenta a análise da influência do dinheiro sobre o desempenho eleitoral das mulheres, com gráficos de dispersão que para Ferreira (2015) possibilita analisar a direção entre as variáveis.

Na sequência, são apresentados os testes que analisam os fatores socioeconômicos e políticos, com destaque em sexo, escolaridade, carreira política e desafiante ou incumbente, pois subsidiam a análise para o sucesso eleitoral.

### 4.1 AS “BARRADAS NO BAILE” ELEITORAL: HÁ UMA PARTICIPAÇÃO MAIOR DE MULHERES DO QUE HOMENS ENTRE AS CANDIDATURAS INAPTAS

O uso da terminologia “barradas no baile” faz referência a uma série norte-americana de televisão dos anos 1990 em analogia àquelas mulheres que não participam do pleito mesmo após serem recrutadas pelos líderes partidários, que tiveram a candidatura aprovada na convenção do partido e cujas candidaturas foram registradas e deferidas pela justiça eleitoral. Parte delas, uma parcela consideravelmente maior que a dos homens, são declaradas inaptas por diversos motivos, em geral por erros formais que poderiam ser corrigidos ou contornados pela direção partidária. Constituindo assim um grupo de mulheres que, embora tenham tido suas candidaturas deferidas, foram tornadas inaptas e não constarão na listagem final que será disponibilizada ao eleitor nas urnas e, portanto, não receberão votos.

A análise da diferença entre o registro formal e a participação de fato na urna podem contribuir para a compreensão da sub-representação das mulheres, por isso optou-se por uma exploração das candidaturas femininas que são declaradas inaptas pela Justiça Eleitoral após o deferimento da solicitação do registro pelos

partidos políticos. Junckes *et. al.*, (2015) e Silva *et. al.*; (2017) investigaram o fenômeno nas eleições gerais de 2010 e 2014 e apontam uma inaptidão maior de mulheres nesta fase do processo eleitoral. Bueno (2020) o fez para as eleições de 2008, 2012 e 2016 em municípios de grande porte e conclui no mesmo sentido. Nessa pesquisa buscou-se verificar se a proporção de candidaturas de mulheres também é maior do que de homens nessas eleições nos municípios pesquisados.

O Código Eleitoral Anotado e Legislação Complementar (BRASIL, 2016)<sup>17</sup> dispõem das regras para a escolha e registro de candidaturas para as eleições que estão dispostas na Resolução TSE nº 23.609/2019, com as alterações promovidas pela Resolução TSE nº 23.675/2021. O processo funciona da seguinte forma: é realizada a solicitação do registro de uma candidatura feita pelos partidos políticos à Justiça Eleitoral no prazo de cinco dias, a qual verifica o cumprimento de exigências básicas de identificação e existência de denúncias que possam implicar a impugnação da candidatura, e caso cumpra os requisitos formais o registro é deferido.

Após o deferimento e até as eleições, a Justiça Eleitoral solicita informações ou documentos complementares e procede com exame de pendências eleitorais dos candidatos. As candidaturas que apresentam irregularidades não sanadas são declaradas “não aptas” e conseqüentemente excluídas da lista de votação à disposição dos eleitores. Portanto, são candidaturas que embora tenham sido registradas pelos partidos, não compõem a nominata final disposta ao eleitor/a.

TABELA 1 - QUANTITATIVO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016

Ano eleitoral	Sexo	N	%
2008	Feminino	56.592	21,3
	Masculino	207.978	78,7
	<b>Total</b>	264.570	100
2012	Feminino	106.882	37,4
	Masculino	215.132	62,6
	<b>Total</b>	322.014	100
2016	Feminino	109.523	38,5

<sup>17</sup> O conteúdo desta obra é atualizado mensalmente no sítio do Tribunal Superior Eleitoral no endereço <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral>.

	Masculino	217.026	61,5
	<b>Total</b>	326.549	100

FONTE: A autora (2021).

A tabela 1 apresenta o total de pedidos de registro de candidaturas nos três pleitos, ao qual expõe menos de 40% de participação feminina. Percebe-se a diferença de 2008 em que havia apenas 21,3% do total das candidaturas, sofreu um aumento em 2012 para 37,5% e o que em números absolutos representa um crescimento de 50.290 registros femininos; e em 2016 o aumento foi de 2.641 mulheres em relação a eleição anterior.

Em comparação aos registros masculinos, em 2008 havia 151.386 registros a mais de homens do que de mulheres, no pleito posterior (2012) foram identificados 108.250 registros de diferença entre os sexos e em 2016 um total de 107.503 registros a mais de homens, resultando que nos três pleitos os registros masculinos são sempre superiores a 100.000.

Visando à verificação das diferenças de participação entre homens e mulheres entre as candidaturas não aptas, realizou-se o teste Qui-Quadrado de Pearson para verificar se de fato existe uma relevância estatística entre o sexo e a aptidão da candidatura.

TABELA 2 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.

Situação das candidaturas						
Sexo	TOTAL DE REGISTROS		Apta		Inapta	
	N		N	%	N	%
2008	Feminino	56.592	52.459	92,7	4.133	7,3
	Masculino	207.978	192.648	92,6	15.330	7,4
2012	Feminino	106.882	97.017	90,7	9.865	9,3
	Masculino	215.132	201.692	93,7	13.440	6,3
2016	Feminino	109.523	102.165	93,3	7.358	6,7
	Masculino	217.026	207.680	95,7	9.346	4,3

FONTE: A autora (2021).

Existe uma proporção maior de mulheres entre as candidaturas inaptas nos três pleitos. Bueno (2020) constatou o mesmo fenômeno na pesquisa com

municípios com mais de 50 mil eleitores e apontou que pode-se atribuir a desistência às candidaturas à falta de apoio logístico para regularização de pendências formais de dados ou documentação complementar exigida pela justiça eleitoral, ou ao isolamento da divisão doméstica do trabalho e a ênfase na maternidade.

Para Junckes *et. al.*, (2015 p.31) testes apontam que “os recursos financeiros parecem constituir um fator relacionado à elevada participação de mulheres no conjunto de candidaturas inaptas”, e até mesmo quando conseguem recursos para a disputa, algumas mulheres foram “barradas do baile”, pois os partidos reproduziram a lógica histórica de administração da vida e da divisão de trabalho entre homens e mulheres, e nesse caso, para as mulheres, a vida familiar sobressai a vida eleitoral.

Bohn (2009) aborda que no “baile eleitoral” existe um baixo estoque de mulheres para concorrer à disputa e há um padrão de integração aos partidos, ela aponta a necessidade de investigação desse padrão. A autora destaca que em estudo com deputadas, a grande maioria de mulheres aptas e posteriormente eleitas, está presente nos partidos de esquerda e a minoria em partidos de direita. Porém, quando analisado o sucesso de vereadoras ocorre uma inversão. Castro (2022) destaca a historicidade da presença das mulheres nos partidos de esquerda e cita que estas sempre propuseram mais questões estratégicas em comparação às outras.

O padrão mencionado é de que existem partidos específicos que lançam mais frequentemente candidaturas femininas e que há partidos específicos que realizam de forma sistemática o cumprimento das cotas de acordo com seus interesses, identificando que há partidos de perfil conservador, que buscam mulheres em prol da tradição e dos costumes conservadores e outros que abrigam candidatas com engajamento feminista, sendo gerado assim um padrão pela visão da autora (Bohn, 2009).

Em 2019 houve um acréscimo de mulheres na câmara federal vindas de partidos conservadores, mulheres que se definem como “conservadora, cristã, mãe e patriota” (CASTRO, 2022, P. 182) as mesmas ocuparam as cadeiras e também aumentaram estratégias de pautas com seus interesses e viés ideológico, como a criminalização do aborto, ensino religioso em escolas, entre outros.

A respeito do baixo estoque citado por Bohn (2009), pode-se correlacionar com a falta de acesso que as mulheres possuem até chegar ao registro de suas candidaturas e para Feitosa (2012 *apud* Junckes, 2015, p. 164) pode ser atribuída

aos “partidos políticos [que] são as instituições mais resistentes a abrir-se à participação política das mulheres. Existe uma correlação de forças, uma natural disputa por espaços de poder, uma vez que cada vaga que se abre a uma mulher implica a redução da participação masculina”.

Vale ressaltar que nessa pesquisa não foram aprofundados os estudos sobre recrutamento político, pois para Perissinotto e Miríade (2009 *apud* Bueno, 2020) para uma análise dessas é necessário compreender todos os filtros e características do processo de seleção da elite política, além dos eleitos e membros dos partidos. Cita-se brevemente os critérios de documentação da Justiça Eleitoral<sup>18</sup> disponibilizado no site da mesma, que também contribuem para a inaptidão, com a intenção de instigar aos questionamentos para análise e embasar como pano de fundo para a discussão sobre financiamento eleitoral.

Speck e Sacchet (2012) destacam que a condição patrimonial, questões econômicas, instrução e ocupação impactam essa disputa e geram a desigualdade entre os candidatos, com destaque para as mulheres. Portanto, analisou-se a escolaridade e fez-se o teste de associação com os valores absolutos.

TABELA 3 - GRAU DE INSTRUÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.

Sexo	Situação da Candidatura	Ano	Fundamental	Médio	Superior
Feminino	Inapta	2008	1.517	1.605	1.011
		2012	3.590	4.195	2.080
		2016	2.627	3.284	1.447
	Apta	2008	15.663	21.705	15.091
		2012	29.650	42.029	25.338
		2016	30.236	46.187	25.742

FONTE: A autora (2021).

Na tabela 3, em ambas as situações de candidatura, há uma associação entre as variáveis mais expressivas do que se encontraria em uma distribuição aleatória. E que tanto nas candidaturas aptas (2008: 52.459 / 2012: 97.017 / 2016: 102.165) e inaptas (2008: 4.133 / 2012: 9.865 / 2016: 7.358) a maioria das mulheres possuem o ensino médio completo.

<sup>18</sup> Um dos critérios da Justiça Eleitoral é a documentação completa que consta no site do Tribunal Superior Eleitoral, como por exemplo a declaração de bens do candidato, certidões criminais e comprovante de escolaridade.

No fator ocupação, por ter sido autodeclarada no banco de dados e por conter mais de 200 ocupações declaradas, foi realizada uma agregação da variável original “ocupação” da seguinte forma: Não especializado, Especializado Fundamental, Especializado Médio e Especializado Superior, de acordo com tabela de classificação disponibilizada pelo Ministério do Trabalho (BUENO, 2020).

Assume-se aqui a ocupação como uma potencial análise do patrimônio e renda e fez-se o teste Qui-Quadrado de Pearson que revelou significância nas variáveis de aptidão e inaptidão com a ocupação com um  $p < 0,001$ . Na tabela 4 a seguir, realizou-se o agrupamento das variáveis para melhor visualização e apresenta-se o número absoluto sendo:

TABELA 4 - OCUPAÇÃO DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016.

Sexo	Situação da candidatura	Ano	Não especializado + Espec, fund,	Especializado Médio + Superior
Feminino	Inapta	2008	2.201	1.932
		2012	5.702	4.163
		2016	4.354	3.004
	Apta	2008	24.898	27.561
		2012	49.441	47.576
		2016	54.048	48.117

FONTE: A autora (2021).

Na tabela 4, percebe-se uma menor participação de ocupações especializadas entre as candidaturas inaptas e uma maior participação de ocupações especializadas entre as candidaturas aptas, ou seja, quanto menor especialização da ocupação maior é a sua participação entre inaptas.

Quando analisado esse quadro das ocupações e a maior participação de ocupações não especializadas nas candidaturas inaptas, desperta o interesse em compreender qual ocupação autodeclarada teve maior participação nas candidaturas tornadas inaptas. De acordo com Calheiros, Brasil e Ignácio (2020), existe um cenário por trás das candidaturas inaptas, tal qual se relaciona com as candidatas com baixo grau de instrução e ocupação, sugerindo até um perfil específico: as “candidatas laranja”.

O termo “laranja” é muito conhecido no Brasil e utilizado em várias práticas tanto eleitoral, quanto em empresa e filiações. Para Sousa Sá e Nunes Santos (2019 *apud* CALHEIROS; BRASIL; IGNÁCIO, 2020) os candidatos laranja são tanto os

homens quanto as mulheres, porém no decorrer dos anos com a ampliação dos direitos eleitorais femininos mediante cotas de participação nas chapas inscritas, gerou uma associação forte às mulheres.

Ser uma candidata laranja na política é ter seu nome, seja de forma voluntária ou não, realizando uma função meramente formal com o objetivo de cumprir cota de participação de mulheres para fins de registro da nominata de candidatos, mas na prática não realizar campanha para disputar votos. A candidata laranja “na maioria das vezes é carente e não tem vocação política e o partido oferece ajuda financeira ou solicita o nome emprestado para cumprir a cota de gênero” (CALHEIROS; BRASIL; IGNÁCIO, 2020, p. 2).

Posto isto, realizou-se a contagem das candidaturas inaptas e aptas que autodeclararam a ocupação de donas de casas<sup>19</sup>, para assim verificar o fenômeno nos municípios menores.

TABELA 5 - OCUPAÇÃO: DONA DE CASA DAS CANDIDATAS A VEREADORA NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016

Sexo	Situação da candidatura	Ano	Total Absoluto	Ocupação: Dona de Casa	%
Feminino	Inapta	2008	4.133	672	16,25
		2012	9.865	2.086	21,14
		2016	7.358	1.606	21,82
	Apta	2008	52.459	6.936	13,22
		2012	97.017	16.207	16,70
		2016	102.165	17.832	17,45

FONTE: A autora (2022).

Como citado no capítulo de material e métodos, a variável “ocupação” foi autodeclarada e por conter mais de 200 ocupações, estas por sua vez, foram agrupadas, porém quando analisada em específico a declaração de dona de casa na inaptidão, percebe-se um número relevante nos três pleitos. Em 2008, a relação entre a ocupação dona de casa e candidatura inapta era de 16,25%, do total, em 2012 esse percentual era de 21,14% e em 2016 chegou a 21,82% do total. Esse resultado vai ao encontro do levantado pelos autores Calheiros, Brasil e Ignácio

<sup>19</sup> O termo Dona de Casa é um estereótipo da sociedade em relação às mulheres que realizam serviços domésticos e de cuidado dos filhos sem remuneração e grosso modo supõe falta de escolaridade (PRANDI, 2016).

(2020), sobre possíveis candidaturas laranja unicamente para cumprir a cota de gênero nos partidos.

O entendimento sobre essa fraude nas eleições pelo Tribunal Superior Eleitoral tem ampla discussão e entendimentos por parte dos juízes e Ministério Público, porém se faz necessário diversos levantamentos para comprovar as candidaturas laranja, como por exemplo: “votos igual à zero, 01 ou 02, prestação de contas com ausência de gastos com excesso de dinheiro na campanha, a comprovação de que não houve a prática de atos de campanha” (VEIGA, 2020 *apud* CALHEIROS; BRASIL; IGNÁCIO, 2020, P. 4).

Na Tabela 6 apresenta-se o teste Qui-Quadrado de Pearson com a variável receita e às candidaturas aptas e inaptas no quartil superior declarada pelas candidatas para iniciar sua campanha.

TABELA 6 - DESCRITIVO DO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS DAS CANDIDATAS APTAS/INAPTAS

Sexo	Situação da candidatura	Ano eleitoral	Receitas (R\$)	%
Feminino	Inapta	2008	R\$ 28.505,00	13,2
		2012	R\$ 35.728,00	19,0
		2016	R\$ 20.698,00	10,1
	Apta	2008	R\$ 186.540,00	86,7
		2012	R\$ 151.800,00	81,0
		2016	R\$ 184.684,00	89,9

FONTE: A autora (2021).

O teste revelou significância nas variáveis com um  $p < 0,001$  nesse comparativo sobre a receita interferir na aptidão das candidaturas. Percebe-se que a maior receita está associada a maior aptidão das candidaturas, fenômeno similar ao identificado pela autora Bueno (2020) nos municípios de grande porte, em que as candidaturas inaptas variaram de 1 a 2% e que teve a receita de uma candidata considerada inapta foi seis vezes menor do que uma apta.

Carlomagno (2015) realizou uma análise sobre a “pré-seleção” das candidatas, pois existem muitos apontamentos sobre o que torna uma candidatura inapta nesse “baile eleitoral” e o que se pode considerar democrático ou não. Investigou-se também a influência da variável desafiante e incumbente, ou seja, as

candidatas que buscavam concorrer às eleições pela primeira vez, já as incumbentes são as candidatas à reeleição ao mesmo cargo.

TABELA 7 - CANDIDATAS DESAFIANTES OU INCUMBENTES COM CANDIDATURAS INAPTAS E APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%)

	Sexo	Ano eleitoral	Desafiante (%)		Incumbente (%)		Total (%)
			N	%	N	%	
Feminino	Inapta	2008	4.019	97,2	114	2,8	100
		2012	9.726	98,6	139	1,4	100
		2016	7.287	99,0	71	1,0	100
	Apta	2008	48.434	92,3	4.025	7,6	100
		2012	93.117	95,9	3.900	4,1	100
		2016	97.662	95,6	4.503	4,4	100

FONTE: A autora (2021).

A tabela 7 permite afirmar que nos três pleitos existe uma maior participação de desafiantes tornadas inaptas, enquanto o inverso ocorre com as incumbentes. Ou seja, indicativamente quanto mais experiente na política, menor a presença dessas mulheres entre as inaptas. Por fim, visando reforçar as conclusões anteriores testou-se um último fator para a aptidão ou não das candidaturas através das variáveis de carreira política ou não.

TABELA 8 - CANDIDATAS COM CARREIRA POLÍTICA OU NÃO COM CANDIDATURAS INAPTAS E APTAS NAS CANDIDATURAS A VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50.000 ELEITORES NAS ELEIÇÕES DE 2008, 2012 E 2016 (%)

	Sexo	Ano eleitoral	Não político de Carreira		Político de Carreira		Total (%)
			N	%	N	%	
Feminino	Inapta	2008	4.088	98,9	45	1,1	100
		2012	9.786	99,2	79	0,8	100
		2016	7.322	99,5	36	0,4	100
	Apta	2008	50.657	96,5	1.802	3,4	100
		2012	95.109	98,0	1.908	1,9	100
		2016	99.885	97,7	2.280	2,2	100

FONTE: A autora (2021).

Os números apontam associação entre não ser político de carreira e ter sua candidatura inapta, complementando a tabela anterior de desafiante e incumbência.

Na apresentação dessas tabelas com os fatores testados, explorou-se a “porta de entrada” da corrida eleitoral, visando uma explicação preliminar da sub-representação das mulheres na política.

Os dados demonstram que (1) existe uma proporção maior de mulheres do que de homens entre as candidaturas inaptas nos três pleitos e que, (2) entre as inaptas a escolaridade é menor, (3) as ocupações declaradas exigem pouca ou nenhuma especialização, (4) a ocupação dona de casa entre as candidaturas inaptas tem destaque nos três pleitos e pode-se sugerir uma abordagem através de candidatas laranja, (5) elas apresentam receitas muito inferiores, e (6) são mulheres pouco ou nada experientes na política quando considerado que são desafiantes sem carreira política.

Posto esse fenômeno inicial sobre a inaptidão das mulheres e o quanto isso prejudica a representatividade feminina nas eleições, pois desde o início várias mulheres não conseguem nem serem aptas no processo eleitoral, o próximo tópico apresenta os fatores principais dessa pesquisa para as candidaturas aptas: a receita, o desempenho e o sucesso eleitoral das mulheres e realizou-se uma comparação com as candidaturas masculinas.

#### 4.2 A INFLUÊNCIA DO DINHEIRO SOBRE O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES

A literatura apresenta diversos estudos afirmando a influência do dinheiro no desempenho dos candidatos em campanhas eleitorais. Autores como Sacchet e Speck (2010, 2012), Speck e Mancuso (2013), Junckes *et al.* (2015), Cervi (2016), Deschamps (2019), Bueno (2020), Martins (2021), citam em suas análises que o dinheiro faz diferença.

Esse tópico investiga se a influência do dinheiro sobre a votação dos candidatos pode ser confirmada nos 5.108 municípios com menos de 50 mil eleitores nos três pleitos de 2008, 2012 e 2016, com ênfase na candidatura de mulheres.

Através de uma análise resumida dos dados qualitativos, no ano de 2008 houve um total de 245.107 candidaturas aptas, sendo 78,6% delas masculinas, com ensino fundamental (51,7%), casados (63,1%), ocupação especializado fundamental em 51%, considerados não políticos de carreira 94%, e que ao final da eleição não foram eleitos (81,1%).

Em 2012 houve um total de 298.710 candidaturas aptas, elevando a porcentagem de participação das mulheres em quase 10%, a maioria continua

sendo casada (58%), com ensino médio em 40,9% e ocupação especializado fundamental em 45%. Equiparado à eleição do ano anterior os políticos não considerados de carreira somam um total de 94,8%, sendo 89,3% desafiantes e que ao final da eleição 83,3% não foram eleitos.

Na eleição de 2016 houve um total de 309.846 candidaturas aptas, porém sem aumento de porcentagem em candidaturas aptas para as mulheres, mantendo-se em 32%. Nesse ano eleitoral, as porcentagens mantêm-se próximas de 2012, sendo os casados (54%), escolaridade nível médio (43%), ocupação especializado médio (44%), político de carreira (94%), desafiante (88%) e não eleito (83%).

Posto isso, explorou-se o dinheiro investido, com votos recebidos (desempenho eleitoral) para posteriormente investigar o resultado das eleições (sucesso eleitoral). Na tabela 9 apresenta-se a quantidade de candidaturas aptas e os recursos totais de campanha. Bueno (2020) em seu trabalho descreveu como realizou a atualização monetária aqui replicada.

TABELA 9 - CANDIDATURAS APTAS E RECEITAS DE CAMPANHA, PARA O CARGO DE VEREADOR, NOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL ELEITORES, POR ELEIÇÃO

Ano eleitoral	N	Receitas (R\$) <sup>20</sup>
2008	245.107	R\$ 621.197.511,00
2012	298.710	R\$ 949.875.406,00
2016	309.846	R\$ 701.087.919,00

FONTE: A autora (2021).

Em 2016 nota-se que houve um número maior de candidatos, porém menos receitas no total das candidaturas. Comparado à eleição anterior pode-se supor que foi devido à alteração da Lei de Financiamento de nº 13.165/2015 que aborda o financiamento eleitoral através da doação de pessoas jurídicas para as candidaturas.

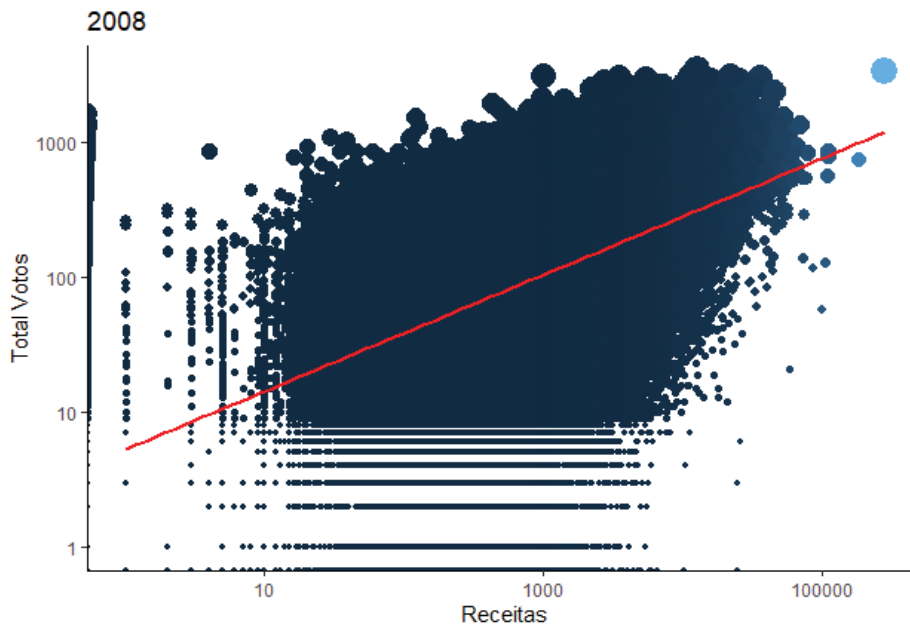
A proibição de doações empresariais legais para as campanhas eleitorais de candidatos e partidos afetou a dinâmica de financiamento eleitoral, Bueno (2020)

<sup>20</sup> Os valores de receitas financeiras apresentados referem-se a valores de 2016. Ou seja, como foram analisadas as eleições de 2008, 2012 e 2016, os valores de receitas de campanha das duas primeiras eleições foram atualizados para 2016. Para isso, como índice de atualização monetária, foi aplicado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para 2008, um índice de 65,35%, acumulado de novembro/2008 a outubro/2016. Para 2012, um índice de 33,77%, acumulado de novembro/2012 a outubro/2016. Endereço eletrônico: < <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> >.

cita que esse volume menor de receita no pleito poderia até gerar uma disputa de campanha menos desigual para as mulheres que historicamente dispunham de menos recursos, esta hipótese será verificada nos próximos testes.

A apresentação do total de receitas é expressiva e se analisará o gráfico de dispersão visando verificar se esses valores estão associados ao desempenho dos candidatos. A seguir os totais de receitas assumem o caráter de variável independente (VI), ou preditiva na dimensão (x). A variável votos assume o caráter de variável dependente (VD), dimensão (y).

GRÁFICO 1 - DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2008 PARA O CARGO DE VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES.



Fonte: A autora (2021).

GRÁFICO 2 - DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2012 PARA O CARGO DE VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES.

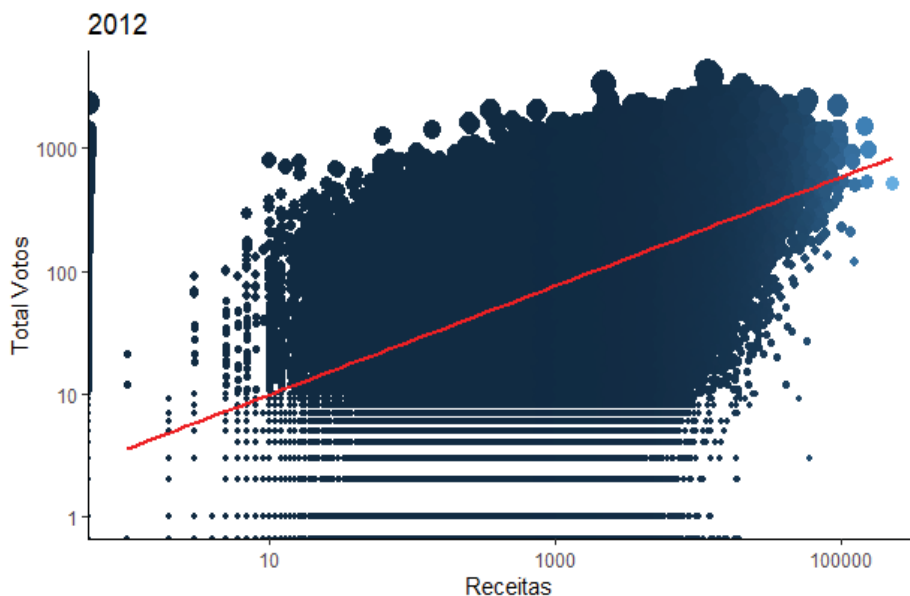
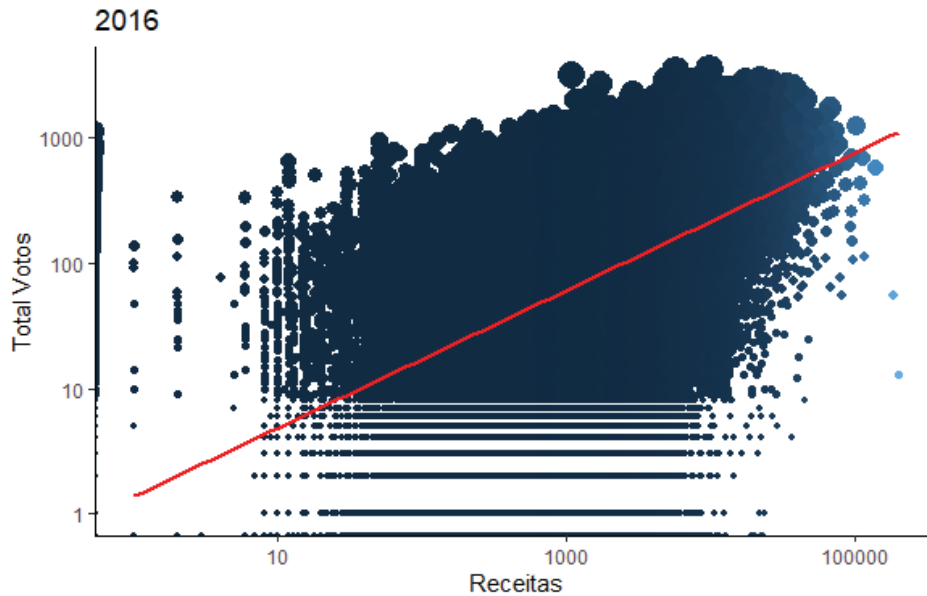


GRÁFICO 3 - DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS DAS ELEIÇÕES DE 2016 PARA O CARGO DE VEREADOR NOS MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES



FONTE: A autora (2021).

Na investigação visual da dispersão (Gráficos 1, 2 e 3) percebe-se que existe uma relação positiva e tendencialmente moderada entre as variáveis. Com o total de receitas sendo expressivo e a relação moderada e a indagação se os recursos financeiros resultam na obtenção de mais votos, buscou-se analisar primeiramente os dados absolutos<sup>21</sup> nos três pleitos e posteriormente os dados relativos com coeficiente e índice.

Nas tabelas 10 e 11 realizou-se o teste estatístico de correlação, apresentando o resultado de coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ), o coeficiente de determinação ( $r^2$ ) e o valor-P ( $p$ ), sendo a 10 valores absolutos e a tabela 11 valores relativos.

<sup>21</sup> Para compreender o cálculo desses dados, com a fórmula, vide seção de materiais e métodos.

TABELA 10 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES ABSOLUTOS)

Ano eleitoral	N	R	R <sup>2</sup>	p-valor
2008	245107	0,47	0,2209	0,001
2012	298710	0,49	0,2401	0,001
2016	309846	0,49	0,2401	0,001

FONTE: A autora (2022).

O coeficiente de correlação de Pearson( $r$ ) é uma medida entre duas variáveis quantitativas, ao qual varia entre -1 e 1. Através desse modelo de teste consegue-se compreender que as variáveis possuem relação e se essa relação é positiva ou então negativa<sup>22</sup>, sendo que quanto mais próximo das extremidades, mais forte será o teste.

Na tabela 10 com dados absolutos, em 2008, 2012 e 2016 os coeficientes de correlação foram respectivamente 0,47, 0,49 e 0,49, indicando uma correlação moderada entre dinheiro e voto. A mesma análise feita por Bueno (2020) com municípios maiores apresenta diferenciação, mostrando uma correlação forte entre as variáveis sendo: 0,74 0,73 e 0,61. Quando analisado o R<sup>2</sup> - coeficiente de determinação de cada ano, pode-se indicar que no modelo linear exposto, teve em 2008, 22% da votação podendo ser explicada pela receita, e em 2012 e 2016, 24%.

TABELA 11 - ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE VOTOS E RECEITAS POR ANO ELEITORAL (VALORES RELATIVOS)

Ano eleitoral	N	R	R <sup>2</sup>	p-valor
2008	245107	0,59	0,3481	0,001
2012	298710	0,59	0,3481	0,001
2016	309846	0,64	0,4096	0,001

FONTE: A autora (2022).

<sup>22</sup> Deschamps (2019 *apud* CALLEGARI-JACQUES, 2003) utilizou a seguinte classificação nas análises, ao qual iremos utilizar também: se  $0,00 < r < 0,30$ , a correlação pode ser considerada fraca; se  $0,30 \leq r < 0,60$ , a correlação pode ser considerada moderada; se  $0,60 \leq r < 0,90$ , a correlação pode ser considerada forte; se  $0,90 \leq r < 1,00$ , a correlação pode ser considerada muito forte.

Analisando os valores relativos na tabela 11, há um aumento nos coeficientes de correlação em 0,59 0,59 e 0,64, sendo 2008 e 2012 consideradas moderadas e em 2016 uma correlação forte entre dinheiro e voto, podendo concluir através do  $R^2$  que em 2008 e 2012 um terço do fenômeno pode ser atribuído ao dinheiro e em 2016 há um elevado aumento para 40%. Comparado aos municípios com mais de 50 mil eleitores há um (r) de 0,67 0,66 e 0,69 todos considerados com forte correlação.

As tabelas apresentadas buscam explicar a quantidade de votos pelas receitas e demonstram que o dinheiro pode influenciar na votação de candidaturas. Para medir a influência indicada na análise de correlação foram realizados testes de regressão linear simples que são apresentados a seguir na Tabela 12 e Tabela 13.

TABELA 12- ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS (VALORES ABSOLUTOS)

2008			2012			2016		
Predictors	Estimates	p	Predictors	Estimates	p	Predictors	Estimates	p
(Intercept)	107,70	<0.001	(Intercept)	88,82	<0.001	(Intercept)	75,65	<0.001
RECEITAS	0,03	<0.001	RECEITAS	0,02	<0.001	RECEITAS	0,03	<0.001
Observations	245.107		Observations	298.710		Observations	309.846	
$R^2$	0.221		$R^2$	0.239		$R^2$	0.240	

FONTE: A autora (2022).

O modelo preditivo apontado na Tabela 12 revela a relativa estabilidade tanto de intercepto, valor inicial, quanto do fator multiplicador na ordem de aproximadamente 0,03 voto para cada por unidade de receita, ou 3 votos para cada 100 unidades de receita. O  $R^2$  mostra a capacidade explicativa do modelo que em 2008 foi de 22,1%, em 2012 de 23,9% e 2016 de 24%. Assim, cerca de um quarto do fenômeno votação pode ser explicado pela receita. Para um fenômeno social multideterminado, tais valores representam um significativo achado do presente estudo. Realizou-se então o teste com os valores relativos para verificação:

TABELA 13 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS X RECEITAS (VALORES RELATIVOS)

2008			2012			2016		
TOTAL VOTOS			TOTAL VOTOS			TOTAL VOTOS		
Predictors	Estimates	p	Predictors	Estimates	p	Predictors	Estimates	p
(Intercept)	0,5490	<0.001	(Intercept)	0,6530	<0.001	(Intercept)	0,6109	<0.001
RECEITAS	0,04	<0.001	RECEITAS	0,02	<0.001	RECEITAS	0,03	<0.001
Observations	245.107		Observations	298.710		Observations	309.846	
R <sup>2</sup>	0,353		R <sup>2</sup>	0,350		R <sup>2</sup>	0,416	

FONTE: A autora (2022).

O teste realizado com os valores relativos confirma a estabilidade entre os ciclos eleitorais verificada no teste anterior e da mesma forma o modelo se mostra robusto em sua capacidade explicativa, pois o R<sup>2</sup> mostra uma capacidade de predição que em 2008 foi de 35,3%, em 2012 de 35 % e 2016 de 41,6%. Ou seja, em 2016 conseguiu-se explicar 41,6% de elevação dos votos através das receitas, o que, novamente, para um fenômeno social multideterminado tais valores representam um significativo achado do presente estudo.

Visto que o dinheiro exerce influência sobre o total de votos obtidos, o próximo estudo aprimora a análise, investigando se homens recebem proporcionalmente mais votos que mulheres.

TABELA 14 - ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES PARA A QUANTIDADE DE VOTOS POR SEXO (VALORES ABSOLUTOS)

2008			2012			2016		
TOTAL VOTOS			TOTAL VOTOS			TOTAL VOTOS		
Predictors	Estimates	p	Predictors	Estimates	p	Predictors	Estimates	p
(Intercept)	113.07	<0.001	(Intercept)	73.24	<0.001	(Intercept)	72.20	<0.001
Sexo (masc.)	57.55	<0.001	Sexo (masc.)	98.95	<0.001	Sexo (masc.)	100.91	<0.001
Observations	245.107		Observations	298.710		Observations	309.846	
R <sup>2</sup>	0.014		R <sup>2</sup>	0.059		R <sup>2</sup>	0.061	

FONTE: A autora (2022).

Nessa análise de regressão linear simples buscou-se identificar o que tende a elevar a quantidade de votos, com o sexo em específico para a categoria masculina. Percebe-se a relação significativa entre sexo e votação com  $p < 0.001$ . Essa relação

é positiva em 57.55 em 2008, 98.95 em 2012 e 100.91 em 2016, ou seja, ser do sexo masculino tende a causar uma elevação na escala de votos em todos os anos.

O  $R^2$  mostra a capacidade de predição do modelo que em 2008 foi de 1,4%, em 2012 de 5,9% e em 2016 de 6,1%, sendo assim fraca, porém compreende-se que isso acontece devido à análise pelo modelo de regressão simples que utiliza somente uma variável independente. O que destaca que esse fenômeno não pode ser unicamente explicado por uma variável apenas, nesse caso o sexo do indivíduo.

O sexo é uma variável importante nos estudos, porém é um conjunto de fatores (variáveis) que leva ao sucesso eleitoral, por isso precisam-se testar outros fatores para se alcançar um aumento da capacidade de predição. O que vai ao encontro do objetivo geral dessa pesquisa, analisar a influência dos fatores no resultado do desempenho e do sucesso eleitoral.

Autores como Sacchet e Speck (2012) analisaram pesquisas de cargos federais e estaduais e consideraram que as mulheres possuem arrecadação diferenciada dos homens e que tal fenômeno pode sim ser a causa do baixo desempenho das mulheres nos pleitos. Bueno (2020) realiza essa análise com os cargos de vereadores e faz a mesma associação. Os autores ressaltam que existem outros fatores que contribuem, mas os recursos financeiros predominam. Posto isto, apresenta-se a tabela 15.

TABELA 15 - RECEITA MÉDIA DE CAMPANHA E VOTOS POR SEXO (DISTRIBUIÇÃO DAS MEDIDAS CENTRAIS)

Ano	Variáveis	Sexo			
		Masculino		Feminino	
		Média	Mediana	Média	Mediana
2008	Receitas (R\$)	1.599,00	678,00	1.291,00	450,00
	Votos	170	102	113	55
2012	Receitas (R\$)	1.198,00	2.758,00	1.590,00	332,00
	Votos	172	104	73	24
2016	Receitas (R\$)	2.559,00	1.450,00	1.661,00	690,00
	Votos	173	103	72	23

FONTE: A autora (2021).

Para testar a significância estatística das diferenças entre as médias, realizou-se o teste “T”, os valores obtidos para p valor foram todos  $< 0,001$ , ou seja, as mulheres apresentam médias significativamente inferiores de receitas e votos. Existem poucas mulheres com o investimento alto na candidatura, exemplo no ano de 2012, com uma mediana em R\$332,00. Em comparação com os estudos dos municípios de grande porte, a média de “receitas das mulheres em todos os anos é quase 50% menor que a dos homens” (BUENO, 2020, p. 53).

Como sugestão, para aprimoramento na análise comparativa entre sexo, receita e voto, elaborou-se a tabela a seguir com destaque no quartil inferior e quartil superior.

TABELA 16 - QUARTIL INFERIOR E QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS E QUARTIL INFERIOR E QUARTIL SUPERIOR DE VOTOS DOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A VEREADOR NAS ELEIÇÕES DE 2008,2012 E 2016.

Ano	Quartil	Sexo	Receita Média (R\$)	Média de votos
2008	Quartil Inferior	Feminino	85,00	21
		Masculino	150,00	42
	Quartil Superior	Feminino	186.540,00	2.921
		Masculino	279.990,00	3.483
2012	Quartil Inferior	Feminino	198,00	2
		Masculino	265,00	42
	Quartil Superior	Feminino	151.800,00	3.152
		Masculino	224.738,00	4051
2016	Quartil Inferior	Feminino	249,00	5
		Masculino	477,00	42
	Quartil Superior	Feminino	184.684,00	74
		Masculino	196.777,00	3498

FONTE: A autora (2021).

Assim como na pesquisa com os municípios com mais de 50 mil habitantes, esta pesquisa apresentou o mesmo fenômeno nos três pleitos, em que o montante de receitas dos homens é sempre maior em comparação as mulheres, seja ele no primeiro quartil ou no quartil superior, em que as médias apontam isso.

Um destaque no pleito de 2016 no quartil superior é que mesmo as mulheres obtendo quase um valor igual de receita média, a quantidade de votos recebidos sofre uma disparidade drástica. Nesse caso específico, pode-se entender que nesse quartil a receita de mulheres foi bem elevada, mas isso não se converteu em votos e faz-se importante então indagar o porquê dessa discrepância. Esse resultado leva a consideração de hipóteses, como: é possível supor que as mulheres que receberam mais dinheiro destinaram esses recursos para despesas gerais de campanha nos partidos? É possível que tenham arcado com despesas de candidatos homens? Não há como comprovar essas hipóteses nesse estudo, ficando indicado assim que estudos mais específicos e esclarecedores sejam realizados futuramente.

Em síntese, Deschamps (2019) aponta na sua pesquisa os indícios fortes que as receitas possuem na conquista de votos e após os testes, pode-se sugerir assim como Bueno (2020, p. 54) “que mulheres recebem relativamente menos votos que os homens porque recebem menos receitas”. Essa comprovada relação entre receita e número de votos não pode reduzir a compreensão da sub-representação das mulheres no cenário político, não deve-se compreender que apenas aumentando a receita haveria mais mulheres com votos. Seria uma análise simplista de todo cenário da sub-representação das mulheres na política, desta forma será discutido no próximo tópico o sucesso eleitoral dos candidatos.

#### 4.3 O SUCESSO ELEITORAL E OS FATORES PARA ARRECADAÇÃO DE CAMPANHA DAS MULHERES

No tópico anterior realizou-se o ensaio da relação das receitas com os votos e percebeu-se que nos municípios com até 50 mil eleitores as mulheres têm um volume relativo menor de receitas e conseqüentemente menos votos. Compreende-se que a arrecadação das mulheres é menor que a dos homens e que tal situação pode ser a causa do baixo desempenho nas eleições, porém não somente isso.

O destaque é que as mulheres que possuem carreira política e incumbência, por exemplo, tendem a possuir maior receita e consecutivamente mais chance de

sucesso eleitoral, em virtude disso, analisou-se nos testes os fatores socioeconômicos e políticos das mulheres com mais receita.

Procurou-se também identificar se quem recebe mais dinheiro na campanha apresenta mais chances de ser eleito ou não. Buscou-se então através da média entre os grupos, identificar se os eleitos apresentam maiores receitas em comparação aos não eleitos (Tabela 17).

TABELA 17 - COMPARAÇÃO DE MÉDIAS DE RECEITAS (R\$) ENTRE ELEITOS (AS) E NÃO ELEITOS

Resultado da eleição				
Não eleito			Eleito	
Ano	Média	Mediana	Média	Mediana
2008	1.154,00	450,00	3.167,00	1.901,00
2012	1.782,00	560,00	5.364,00	3.399,00
2016	1.811,00	886,00	4.603,00	3.460,00

FONTE: A autora (2021).

O teste de comparação das médias apresentou significância com  $p < 0,001$ . Referente aos eleitos no ano de 2008, a média de recurso foi de R\$ 3.167,00 de investimento nas candidaturas contra os não eleitos que tiveram uma média de R\$1.154,00 de investimento. Em 2012 os eleitos tinham uma média de investimento de R\$5.364,00 e os não eleitos R\$ 1.782,00 reais e no pleito de 2016 essa média era de R\$4.603,00 para os que foram eleitos e os não eleitos receberam R\$1.811,00. Esses dados demonstram que os eleitos têm receitas maiores que os não eleitos.

Na tabela 18 realizou-se a análise das candidaturas de eleito ou não com a variável sexo.

TABELA 18 - SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS POR SEXO

Situação das Candidaturas						
Ano	Sexo	Eleitos(as)		Não eleitos (as)		Total de Registros
		%	N	%	N	
2008	Feminino	11,3	5.903	88,7	46.556	52.459
	Masculino	20,9	40.250	79,1	152.398	192.648
2012	Feminino	7,1	6.858	92,9	90.159	97.017
	Masculino	21,3	42.933	78,7	158.760	201.693
2016	Feminino	6,8	6.956	93,2	95.209	102.165
	Masculino	20,8	43.191	79,2	164.490	207.681

FONTE: A autora (2021).

Nesse teste com as variáveis (sexo e sucesso) a significância foi de  $p < 0,001$ . Percebe-se que nos três pleitos o número total de mulheres que se candidataram é bem menor que de homens, como já citado em tabelas anteriores e destacado pela literatura (SPECK; MANCUSO, 2012).

Mas, o que destaca a tabela 18 é que no ano de 2012 em comparação ao pleito anterior, mesmo duplicando o número absoluto de candidaturas femininas, elas tão pouco ampliaram a participação entre o total de eleitos. No ano de 2008, a cada 6,8 homens eleitos apenas uma era mulher. E em 2012 e 2016 esse número era de 6,2 homens para uma mulher eleita, o que confirma a acentuada desigualdade de proporção entre homens e mulheres eleitas.

Até aqui analisou-se os dados referentes à aptidão e inaptidão, receita, voto e sucesso eleitoral, realizando os testes para verificar as suposições e confirmar a literatura apresentada. Compreende-se assim que as mulheres mesmo apresentando sucesso eleitoral, este é reduzido em comparação ao sucesso eleitoral de candidatos homens, e isso se dá mediante à proporção da renda dos candidatos, assim como mostram Mancuso e Speck (2014) em suas pesquisas, que o fator sucesso eleitoral é condicionado ao fator receita, apresentando mais oportunidades para os mais ricos e deixando em desvantagem os periféricos.

Esse argumento leva a reflexão da sub-representação de mulheres e abrange o problema de pesquisa aqui levantado, identificar os fatores que influenciam a sub-

representação das mulheres na política brasileira nos municípios de pequeno e médio porte.

Para responder a essa pergunta, apresentam-se os dados qualitativos em tabelas descritivas, com foco na parcela com mais receitas dentre os candidatos com sucesso, ou seja, os candidatos que possuem mais dinheiro. Utilizando como variáveis independentes: grau de instrução, carreira política e incumbência, para obter melhor visualização e verificar se influenciam na arrecadação das receitas de campanha.

TABELA 19 - DESCRIÇÃO DO GRAU DE INSTRUÇÃO ELEITOS (AS) COM RECORTE NO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

Descrição Grau de Instrução Agregado							
Ano	Sexo		Fundamental	Médio	Superior	Total	
2008	Feminino	N	2.109	3.993	4.712	10.814	
		%	19,5	36,9	43,6		
	Masculino	N	19.554	19.233	11.670	50.457	
		%	38,8	38,1	23,1		
	Total		N	21.663	23.226	16.382	61.271
	2012	Feminino	N	3.780	7.334	7.952	19.066
%			19,8	38,5	41,7		
Masculino		N	25.691	27.778	16.059	69.528	
		%	37	40	23,1		
Total		N	29.471	35.112	24.011	88.594	
2016		Feminino	N	3.255	6.639	7.266	17.160
	%		19	38,7	42,3		
	Masculino	N	19.983	25.331	14.985	60.299	
		%	33,1	42	24,9		
	Total		N	23.238	31.970	22.251	77.459

FONTE: A autora (2022).

Na tabela 19 há recorte da maior receita, considerando os que estavam a acima do quartil superior. No ano de 2008, havia 245.107 candidatos, com o filtro, obteve-se 61.271 candidatos analisados, sendo quase cinco vezes mais homens, percebe-se que dentre as mulheres eleitas, a maioria possui nível superior e entre os homens eleitos, a maioria possui nível fundamental.

No ano de 2012, há um total de 298.710 candidatos, porém com o filtro resultou em 88.594 candidatos analisados, sendo que das mulheres eleitas, a maior parte possui ensino superior e dentre os homens eleitos, 40% deles tem nível médio. E por fim, em 2016 havia 309.846 candidatos, resultando em 77.459 candidatos

mais ricos, nesse pleito a lógica repete ao ano anterior, sendo mulheres com nível superior e a maioria de homens com nível médio.

Pode-se sugerir que esse fator de escolaridade identificado na pesquisa influencia nas eleições estudadas, pois para obter sucesso, as candidatas mulheres apresentaram, além de dinheiro, escolaridade a nível de ensino superior.

Os autores Miguel e Biroli (2010) buscaram explicar esse fenômeno através da exigência da alta qualificação das mulheres, principalmente em locais com características mais sexistas, e citam que existe mesmo que inconscientemente uma necessidade de competência superior das mulheres no “baile eleitoral” independente do cargo. O que dificulta a ascensão de cargos políticos femininos, pois por diversas vezes precisam dividir seu tempo de estudos com afazeres domésticos e criação dos filhos, “o conhecido fenômeno da “dupla jornada” é, assim, um importante obstáculo à participação política” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 669).

A tabela 20 apresenta o mesmo recorte no quartil superior de receita dos eleitos, utilizando agora a variável descritiva de carreira política ou não.

TABELA 20 - DESCRIÇÃO DA CARREIRA POLÍTICA ELEITOS (AS) COM RECORTE NO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

DESCRIÇÃO CARREIRA POLÍTICA						
Ano	Sexo		Não Político de Carreira	Político de Carreira	Total	p-valor
2008	Feminino	N	9.968	846	10.814	<0,001
		%	92,2	7,8		
	Masculino	N	44.401	6.056	50.457	
		%	88	12		
	Total	N	54.369	6.902	61.271	
	2012	Feminino	N	17.938	1.128	
%			94,1	5,9		
Masculino		N	61.557	7.971	69.528	
		%	88,5	11,5		
Total		N	79.495	9.099	88.594	
2016		Feminino	N	15.828	1.332	17.160
	%		92,2	7,8		
	Masculino	N	51.597	8.702	60.299	
		%	85,6	14,4		
	Total	N	67.425	10.034	77.459	

FONTE: A autora (2022).

Na análise do fator de carreira política, nota-se diferença do estudo com municípios com mais de 50 mil eleitores, pelo p-valor. Que apresentou em 2008 p =

0.935, 2012  $p < 0.184$  e 2016  $p < 0,01$ . A tabela apresenta  $p < 0,001$  em todos os anos. Assim, na pesquisa de Bueno (2020) para a variável carreira política, o sexo não apresentou influência.

Nesta pesquisa o fator carreira política demonstra associação estatística significativa com sexo. O que significa dizer que o sexo dos candidatos nos três pleitos é dependente quando se possui uma carreira política.

TABELA 21 - DESCRIÇÃO DE DESAFIANTES X INCUMBENTES ELEITOS (AS) COM RECORTE NO QUARTIL SUPERIOR DE RECEITAS

Ano	Sexo		DESAFIANTE	INCUMBENTE	Total	p-valor
2008	Feminino	N	8.931	1.883	10.814	<0,001
		%	82,6	17,4		
	Masculino	N	36.940	13.517	50.457	
		%	73,2	26,8		
	Total	N	45.871	3.766	61.271	
		%				
2012	Feminino	N	16.818	2.248	19.066	<0,001
		%	82,6	17,4		
	Masculino	N	53.425	16.103	69.528	
		%	73,2	26,8		
	Total	N	70.243	18.351	88.594	
		%				
2016	Feminino	N	14.636	2.524	17.160	<0,001
		%	82,6	17,4		
	Masculino	N	43.696	16.603	60.299	
		%	73,2	26,8		
	Total	N	58.332	19.127	77.459	
		%				

FONTE: A autora (2022).

Para analisar o fator político utiliza-se a variável de desafiantes e incumbentes. A significância estatística dessa pesquisa também se difere dos municípios com mais de 50 mil eleitores, pois apresenta em 2008  $p < 0.061$ , 2012  $p < 0,066$  e 2016  $p < 0.007$ . A tabela 21 mostra relevância estatística entre sexo e ser desafiante ou incumbente, bem como as chances de eleição de homens e mulheres também se diferem. Uma vez que ser mulher influencia em ser incumbente ou não e ser eleita. Já os homens incumbentes possuem mais chances nos três pleitos de serem eleitos.

Araújo e Alves (2007) citam que o fator reeleição possuiu um grande destaque e se sobressaem a outros fatores socioeconômicos como escolaridade, ocupação, sexo e idade. Bueno (2020 *apud* Codato, Cervi e Perissinotto, 2013) concluiu através de testes estatísticos, que nas eleições municipais de 2012, ter sido

político de carreira influenciou o sucesso eleitoral sendo considerada a variável mais importante da análise.

Com o objetivo de aprimorar a pesquisa e reforçar as análises por meio de testes mais robustos, apresentam-se análises de regressão logística e linear. A tabela 22 mostra a análise logística, através da explanação do conjunto das variáveis, o modelo permite estimar uma probabilidade associada à ocorrência de determinado fenômeno, nesse caso, o desempenho e o sucesso eleitoral.

TABELA 22 - ANÁLISE LOGÍSTICA DAS VARIÁVEIS PREDITORAS DO SUCESSO ELEITORAL ENTRE OS CANDIDATOS A VEREADORES DE 2008, 2012 E 2016 (MUNICÍPIOS COM MENOS ATÉ 50.000 ELEITORES).

V. dependente: Sucesso Eleitoral	2008		2012		2016	
	Odds Ratios	Exponenciados	Odds Ratios	Exponenciados	Odds Ratios	Exponenciados
Predictors						
(Intercept)	0,040 ***	%	0,023 ***	%	0,018 ***	
Sexo [masculino]	1,857 ***	85,7	2,734 ***	174,0	2,740 ***	174,0
Escolaridade	1,074 ***	7,4	1,104 ***	11,4	1,114 ***	11,4
Estado Civil [casado]	1,225 ***	22,5	1,224 ***	23,9	1,239 ***	23,9
Político de carreira	1,056 *	5,6	1,071 **	0,4	1,004	0,4
Incumbente	6,226 ***	522,6	7,158 ***	657,0	7,570 ***	657,0
Receita	1,000 ***	0,02	1,000 ***	0,01	1,000 ***	0,02
Observations	245.107		298.710		309.846	
R <sup>2</sup>	0,191		0,220		0,232	

\*  $p < 0.05$  \*\*  $p < 0.01$  \*\*\*  $p < 0.001$

FONTE: A autora (2022).

A tabela mostra que para os três anos, ser mulher diminui a probabilidade de sucesso, principalmente nos anos de 2012 e 2016, evidência já esperada. Destacam-se os fatores que contribuem para o sucesso masculino, em que o candidato que teve mais chances de ser eleito seria um homem com escolaridade nível médio, casado, político de carreira, incumbente e uma ligeira vantagem em relação à receita. O fator incumbente eleva muito à probabilidade em ser eleito, se mostrando praticamente decisiva.

Quando analisado o coeficiente de determinação de cada ano, o R<sup>2</sup>, pode-se indicar que para o modelo exposto, a capacidade explicativa é de 19,1% em 2008, de 22% em 2012 e de 23,2% em 2016, tal qual já apontado anteriormente. Embora sejam valores estatisticamente considerados fracos, deve se considerar que se investiga um fenômeno político determinado por diversas variáveis. Portanto, obter

um modelo que explica entre um quinto e quase um quarto do fenômeno é um expressivo achado de pesquisa.

Para compreender a totalidade do processo eleitoral e alcançar o objetivo de pesquisa, realizou-se a regressão linear para a variável dependente total de votos e para a variável dependente receita nos três pleitos com as variáveis preditivas já citadas anteriormente.

TABELA 23 - REGRESSÃO LINEAR TOTAL DE VOTOS- 2008, 2012 E 2016, DOS CANDIDATOS A VEREADORES DO BRASIL EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 50 MIL HABITANTES.

V. dependente: Total de Votos	2008		2012		2016	
	<i>Estimates</i>	<i>std. Beta</i>	<i>Estimates</i>	<i>std. Beta</i>	<i>Estimates</i>	<i>std. Beta</i>
<i>Predictors</i>						
(Intercept)	14,820 ***	-0,372	-1,470	-0,420	-9,973 ***	-0,431
Receita	0,029 ***	0,408	0,018 ***	0,405	0,022 ***	0,387
Sexo [MASCULINO]	46,842 ***	0,234	68,418 ***	0,359	68,222 ***	0,356
Escol [ENS. MÉDIO]	27,298 ***	0,136	22,567 ***	0,118	18,938 ***	0,099
Ocup [SUPERIOR]	58,058 ***	0,290	50,979 ***	0,267	55,544 ***	0,290
incumb.xdesaf. [INCUMBENTE]	114,681 ***	0,573	117,519 ***	0,616	132,794 ***	0,694
PolCar [POLÍTICO DE CARREIRA]	26,904 ***	0,134	41,943 ***	0,220	41,107 ***	0,215
Observations	245.107		298.710		309.846	
R <sup>2</sup>	0,289		0,331		0,349	

\*  $p < 0.05$  \*\*  $p < 0.01$  \*\*\*  $p < 0.001$

FONTE: A autora (2022).

Na tabela 23 comparam-se três modelos de regressão linear com padronização do beta para cada ano analisado. A padronização do beta é utilizada na regressão para ter a mesma unidade de medida da variável original. O beta padronizado indica o quão forte é a associação entre a variável preditora e a de resultado (DANCY; REIDY, 2006).

Verifica-se que todas as variáveis independentes possuem relação estatística com a variável dependente total de votos. Os resultados demonstram de maneira unânime para todos os anos que homens, com maiores receitas, escolaridade nível médio, ocupação (especializado superior) que já são incumbentes politicamente e, são políticos de carreira, tendem a conseguir mais votos e conseqüentemente serem eleitos, se comparado a uma candidata mulher, principalmente se essa mulher tiver baixa escolaridade, com pouca renda e não ter carreira política. Essa afirmação é

feita com base na estimativa do *intercept*, que apresentou o resultado de -0,372 (2008), -0,420 (2012) e -0,431 (2016), quando é 0 na escala de X para todas as variáveis independentes. Isto é, esse perfil feminino teria um total de votos negativo. Todavia, na prática eleitoral nenhuma candidata pode ter pontuação negativa.

Dentre as variáveis testadas as que mais se mostraram relevantes foram: receita e ser incumbente na política, ou seja, dois preditores bem fortes. A capacidade explicativa dos modelos variou de 28,9% em 2008 para 33,1% em 2012 e 34,9% em 2016. Nota-se também que os valores padronizados de beta mudam pouco no decorrer dos anos para todas as variáveis testadas. A variável “receita” ganha da variável “sexo [masculino]” pelos valores de beta. A variável que apresenta crescimento constante em destaque todos os anos é ser incumbente na carreira política, com aumento de 0,12 entre o primeiro e último ano.

Como a variável receita apresentou uma das maiores estimativas no modelo anterior, a tabela 24 testa quais são as variáveis que mais interferem no aumento de receitas do candidato a vereador. Portanto, apresentam-se três modelos referentes aos anos analisados, utilizando como variável dependente a receita.

TABELA 24 - REGRESSÃO LINEAR PARA ANALISAR O TOTAL DE RECEITAS AO LONGO DE 2008, 2012 E 2016, DOS CANDIDATOS A VEREADORES DO BRASIL EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 50 MIL ELEITORES.

V. dependente: Receita	2008		2012		2016	
	<i>Estimates</i>	<i>std. Beta</i>	<i>Estimates</i>	<i>std. Beta</i>	<i>Estimates</i>	<i>std. Beta</i>
<i>Predictors</i> (Intercept)	327,661 ***	-0,299	250,719 ***	-0,363	656,473 ***	-0,358
Sexo [MASCULINO]	367,732 ***	0,129	1065,779 ***	0,246	738,309 ***	0,223
Escol [ENS. MÉDIO]	382,272 ***	0,134	520,269 ***	0,120	356,605 ***	0,108
Ocupl [SUPERIOR]	1260,037 ***	0,442	1873,853 ***	0,433	1369,066 ***	0,414
incumb.xdesaf. [INCUMBENTE]	1285,389 ***	0,451	2036,767 ***	0,471	1903,938 ***	0,576
PolCar [POLÍTICO DE CARREIRA]	375,317 ***	0,132	1016,917 ***	0,235	764,406 ***	0,231
Observations	245.107		298.710		309.846	
R <sup>2</sup>	0,061		0,078		0,094	

\*  $p < 0.05$  \*\*  $p < 0.01$  \*\*\*  $p < 0.001$

FONTE: A autora (2022).

Identifica-se que todas as variáveis socioeconômicas apresentaram significância estatística. Ademais, as variáveis relacionadas à política foram significantes também, sendo elevadas nos três anos.

Novamente os homens possuem vantagens na esfera política, pois homens tendem a ter, em todos os anos, maiores receitas que as mulheres. Outras características que tendem a aumentar as receitas são: possuir carreira política, ser incumbente, ter uma profissão que exija ensino superior, e ter uma escolaridade média. Na prática, pode-se inferir que são os indivíduos que já fazem parte do cenário político que permanecem concentrando mais dinheiro.

A capacidade de predição das variáveis independentes (sexo, escol, ocupl, incumb.Xdesaf. e PolCar) com a variável dependente receita foi de 6,1% em 2008, 7,8% em 2012 e 9,4% em 2016. Esse resultado desperta questionamentos na pesquisa de financiamento eleitoral nos municípios pequenos, em que a receita por si não é explicada pelas variáveis independentes, mas que pode ser explicada com a aglutinação de diversos fatores, como as diferentes “sociabilidades em cada município, capital social, capital político, clientelismo, a influência do fator religioso, a influência dos meios de comunicação disponíveis em cada região, nepotismo, além de outros fatores que fogem do objetivo desta pesquisa” (MARTINS, 2021, P. 79). Para além, percebe-se que novamente a variável "incumb.xdesaf. [INCUMBENTE]" "vence" para explicar receitas e votos, conforme as tabelas 23 e 24.

Pretendeu-se no início do capítulo explorar tabelas que contribuíssem para identificar os fatores do sucesso eleitoral das candidatas à vereadora a nível municipal, gerando uma tendência de perfil entre as mulheres eleitas nos municípios com até 50 mil eleitores, sendo essas as que possuem mais receitas, escolaridade a nível superior, têm carreira política e são incumbentes. Finaliza-se o capítulo, após apresentar testes mais robustos para averiguar tal fenômeno e constatou-se que os homens políticos de carreira e incumbentes possuem vantagens em relação às mulheres nas receitas, no total de votos e no sucesso eleitoral.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que essa pesquisa conseguiu explicar através dos seus resultados parte da sub-representação feminina no processo eleitoral, destaca-se “parte”, pois é intangível desvelar a totalidade da realidade, por ser um fenômeno histórico e subjetivo na democracia. Porém, resulta enorme satisfação em contribuir para o estudo sobre o financiamento eleitoral brasileiro.

Tinha-se como objetivo geral da pesquisa, analisar a influência dos fatores no resultado do desempenho e do sucesso eleitoral das mulheres nos municípios de pequeno e médio porte, os considerados com até 50.000 eleitores, ou seja, identificar quais fatores podem explicar essa sub-representação das mulheres nas variáveis citadas.

Através de pesquisas anteriores, partiu-se do pressuposto de que a receita influencia tanto nos votos quanto no sucesso das candidaturas de homens e mulheres. Assim, pode-se elencar os objetivos específicos, os quais considera-se que foram alcançados.

O primeiro objetivo compreende o marco conceitual da representação feminina e sua importância na democracia, por compreender que existem diversas formas de representação e luta das mulheres na sociedade, explorou-se esse conceito o correlacionando com financiamento eleitoral e desenvolvimento.

Para atingir o segundo e terceiro objetivo, houve a análise e síntese dos dados, dividida inicialmente em candidaturas aptas e inaptas, para assim compreender através de análise estatística o quanto as mulheres são excluídas da política brasileira. Constatou-se que para além de questões econômicas, fatores de instrução e ocupação geram a desigualdade na aptidão, com destaque para a ocupação de dona de casa que em 2008 apontou 16,25%, das candidaturas inaptas, em 2012 registrou 21,14% dessas candidaturas e 2016 subiu para 21,82, o que pode sugerir possíveis candidaturas laranja.

Sobre a inaptidão, os dados mostram que há um maior número de mulheres inaptas, com fatores de escolaridade menor, ocupação com pouca ou nenhuma especialização, receitas escassas e sem nenhuma experiência na política, a qual partilha dos mesmos resultados com a análise de municípios de grande porte.

Em relação à influência do dinheiro sobre a votação, os gráficos de dispersão mostram uma relação positiva e tendencial entre eles e as correlações do ano de

2008 e 2012 foram consideradas fortes, sendo um terço do fenômeno podendo ser atribuído ao dinheiro e em 2016 há ainda um elevado aumento para 40%, ou seja, o dinheiro influencia na votação de homens e mulheres. E quando comparado à média de receitas, existem poucas mulheres com altos investimentos.

Um destaque na análise foi o teste com quartil superior, que demonstrou que mesmo com bastante receita investida na candidatura feminina, isso não se converteu em votos, o que provoca dúvida, uma vez que há o pressuposto de que dinheiro elege candidato (DESCHAMPS, 2019) e de que mulheres recebem relativamente menos votos que os homens porque recebem menos receitas BUENO (2020). Pode-se assim supor que tais gastos foram destinados à candidata, porém não foram gastos com a sua campanha.

Quando aprofundada essa correlação entre os sexos, resulta que ser do sexo masculino tende a causar uma elevação na escala de votos em todos os anos, porém essa variável isoladamente não é explicativa, é necessário um conjunto de fatores para análise. O que vai ao encontro dos objetivos específicos da pesquisa, estudar essas variáveis que também se denomina “fatores” para compor a análise do financiamento eleitoral.

Quanto ao sucesso eleitoral, a investigação mostra que os candidatos com maior receita foram os eleitos e que ao incluir a variável sexo, a desigualdade de proporção permanece entre homens e mulheres.

O fato de o sucesso eleitoral estar condicionado pela receita desestimula a representação das mulheres no processo eleitoral, em que para ser eleita precisa ter muita receita além de combinar mais alguns fatores destacados nas análises estatísticas.

Ao explorar o universo das candidatas que foram eleitas e investiram mais receitas em suas campanhas, constatam-se os fatores de destaque que contribuíram tal feito, como o grau de instrução, a carreira política e a incumbência.

Sobre o grau de instrução das eleitas, a média fica em 43,6% de mulheres com ensino superior, contra 24,9% de homens, ou seja, percebe-se que dentre as mulheres há maior incidência de nível superior em relação aos candidatos homens eleitos. Identificando-se que para candidatas mulheres conseguirem se eleger exige-se socialmente uma qualificação mais elevada. Neste ponto pode-se aventar a hipótese de que a sociabilidade dos homens com menor escolaridade é mais elevada que das mulheres em iguais condições e isso os favorece na busca de

apoios para suas candidaturas. O fator determinante para tal sociabilidade talvez seja resultante do lançamento dos homens com menor escolaridade no mundo do trabalho e dos negócios, enquanto que para as mulheres tal condição seja alcançada com maior escolaridade.

Os fatores de carreira política e incumbência mostraram grande destaque nas análises para aumentar a chance de eleição dos candidatos, sendo a incumbência praticamente decisiva, exponenciada em 2008 com 522,6%, e em 2012 e 2016 em 657,0%. Esses resultados permitem sugerir uma tendência de possível reeleição entre as mulheres nos municípios com até 50 mil eleitores, sendo essas as que possuem mais receitas, escolaridade a nível superior, tem carreira política e são incumbentes.

Conclui-se que o conjunto de fatores tanto socioeconômicos quanto políticos são determinantes para o sucesso eleitoral de mulheres nos municípios de pequeno e médio porte. E para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU e superar as condições históricas das mulheres enraizadas em um sistema de poder patriarcal (SAFFIOTI, 2004) precisa haver inclusão igualitária de mulheres na política, não apenas para cumprir cota. Entende-se assim que todas as mulheres precisam ser integradas à política, independente de seus recursos financeiros, escolaridade e histórico na carreira política. Construindo assim, uma influência feminina no processo democrático brasileiro e estratégias pensadas e pautadas por mulheres, enquanto agentes ativas da liberdade (SEN, 2010).

Espera-se que essa dissertação contribua com a análise do fenômeno de sub-representação das mulheres na política brasileira e em conjunto com as pesquisas de Deschamps (2019), Bueno (2020) e Martins (2021) fortaleça a análise do financiamento eleitoral das eleições municipais de vereadores brasileiros.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Tanto a pesquisa quanto o banco de dados disponibilizado pelo GETE, proporcionam diversas possibilidades de pesquisas futuras, em específico alguns dados que vão ao encontro da atuação profissional da pesquisadora como Assistente Social.

Sugere-se que sejam realizados testes de verificação/cruzamento com as variáveis de receita, o desempenho (votação) e o sucesso (eleição) de mulheres com as variáveis de (1) emprego e renda, (2) educação e (3) saúde do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O IFDM foi criado em 2008 como um indicador para monitorar o desenvolvimento socioeconômico brasileiro considerando as realidades municipais e está consolidado em um único valor através de média simples de diversos indicadores (FIRJAN, 2022). Com essa análise pode-se verificar se há alguma relação entre maior ou menor receita, votação e sucesso com o desenvolvimento municipal.

Além disso, criaram-se hipóteses através do resultado do teste da tabela 16 em que as mulheres que receberam mais dinheiro destinaram esses recursos para despesas gerais de campanha nos partidos ou pagaram despesas de candidatos homens, pois mesmo com receita alta não foram eleitas, valendo assim uma análise da utilização desse recurso.

Outro fator importante a ser explorado, são as candidaturas transgênero, travestis e transexuais, pois desde 2018 através da Resolução nº23. 562/2018, o TSE permitiu a inclusão do nome social tanto de eleitores como de registrados na lista de votação, uma vez que o Ministro do TSE, Tarcísio Vieira de Carvalho teve como entendimento que no artigo 10 da Lei das Eleições – Lei nº 9.504, a expressão “cada sexo” está relacionada ao gênero e não ao sexo biológico, havendo então homens e mulheres transexuais e travestis contabilizadas nas cotas (GORTARI, 2019), e essa pesquisa não conseguiu abranger tal fato por estar relacionada aos anos de 2008, 2012 e 2016.

A quarta sugestão é a pesquisa de candidaturas que foram tornadas aptas e obtiveram sucesso eleitoral e as candidaturas tornadas inaptas, embasados no padrão de integração dos partidos citado por Bohn (2009), que destaca a maioria de deputadas eleitas pelos partidos de esquerda e a minoria em partidos de direita. Porém, quando analisado o sucesso de vereadoras ocorre uma inversão, pois em

2019, Castro (2022) cita um aumento de mulheres eleitas pelos partidos de direita. Uma análise de sucesso de mulheres por partidos conseguiria compreender a estrutura da sub-representação das mulheres nessa instituição e os interesses dos partidos para cumprir a cota.

Dessa maneira, indica-se quatro frentes de pesquisa que vão permitir ampliar essa discussão de financiamento eleitoral e de sub-representação das mulheres processos eleitorais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Mércia *et al.* Cidadania, desenvolvimento e comparecimento eleitoral. **Estudos de Sociologia**, [S.L.], v. 25, n. 50, p. 253-275, 21 maio 2021. UNESP - Universidade Estadual Paulista. <http://dx.doi.org/10.52780/res.14753>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14753>. Acesso em: 30 maio 2021.
- ALZIRAS, Instituto. **A participação de mulheres na política**. 23 mar. 2022. Instagram: @institutoalziras. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbcmzheON1G/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, [S.L.], v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582007000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/b7x7pwPWdRPcsXd7hPmTghB/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- ARVATE, Paulo *et al.* Can women's performance in elections determine the engagement of adolescent girls in politics? **European Journal Of Political Economy**, [S.L.], p. 102045, maio 2021. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2021.102045>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0176268021000458>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S.. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 19, n. 40, p. 149-157, out. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782011000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/JmswJhMprywMKZ4LVNfQsDf/?lang=pt>. Acesso em: 08 jul. 2022.
- BAQUERO, Marcelo. **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 2007.
- BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de política**. Brasília: Unb, 1994.
- BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 35, p. 63-89, jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2288>. Acesso em: 09 ago. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1989. (6).

BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral.. Código eleitoral anotado: e legislação complementar. **Secretaria de Gestão da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-1170, jul. 2016. Mensalmente. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral>. Acesso em: 09 maio 2022.

BRASIL. IBGE. . **Cidades e Estado do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. . Disponível em: Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.. . Brasil, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm). Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. . **Estatísticas Eleitorais**. 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 20 out. 2019.

BUENO, Adriana Aurea Mota. **GÊNERO, DINHEIRO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO**:: uma análise da sub-representação política das mulheres no brasil. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2020.

CALHEIROS, Iara Loureto; BRASIL, Silvio Fernando de Carvalho; IGNÁCIO, Rozane Pereira. A FRAUDE DE COTA DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS. **Zenodo**, [S.L.], v. 2, n. 6, p. 1-10, 1 jun. 2020. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.3820671>. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/111>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CASTRO, Leonardo Aires de. **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA CÂMARA FEDERAL: PROCESSO REPRESENTATIVO, INSTITUIÇÕES E POPULISMO DE DIREITA**. 2022. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Cap. 1. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16414>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CERVI, Emerson Urizzi; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo. REDES DE DOADORES E FINANCIAMENTO POLÍTICO EM 2014: distinguindo doações para candidatos, partidos e comitês financeiros nas eleições presidenciais brasileiras (networks of donors and political funding in 2014). **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, [S.L.], v.

18, n. 18, p. 80-100, 8 dez. 2015. Camara dos Deputados. <http://dx.doi.org/10.51206/e-legis.v18i18.242>. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/242>. Acesso 23 jun. 2022.

CURITIBA, Câmara Municipal de. **Vereadora Carol Dartora (PT) | 1º mandato (2021-2024)**. 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/carol-dartora>. Acesso em: 08 jul. 2022.

COCOYOC DECLARATION. 1974. In: **Draft report on the UNEP/UNCTAD Symposium on Patterns of Resources Use**, Environment and Development Strategies. Cocoyoc, Mexico : UNEP, October 1974.

DANCY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para Psicologia : usando spss para Windows**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 607p.

DESCHAMPS, Jacques Paul. **Desenvolvimento e democracia : uma análise do dinheiro e do sucesso eleitoral nas eleições municipais no Brasil (2008, 2012 e 2016)**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/65607>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FIRJAN (Brasil). **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GORTARI, Amanda dos Santos Neves. A Podridão da Candidatura Laranja: ponderações acerca da participação feminina nas eleições brasileiras. **Resenha Eleitoral**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 187-204, 1 jul. 2019. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.53323/resenhaeleitoral.v23i2.39>. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/39>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HESSEL, Philipp *et al.* Increases In Women's Political Representation Associated With Reductions In Child Mortality In Brazil. **Health Affairs**, [S.L.], v. 39, n. 7, p. 1166-1174, 1 jul. 2020. Health Affairs (Project Hope). <http://dx.doi.org/10.1377/hlthaff.2019.01125>. Disponível em: <https://www.healthaffairs.org/doi/full/10.1377/hlthaff.2019.01125>. Acesso em: 05 jun. 2021.

HESSEL, Philipp; JARAMILLO, María José González; RASELLA, Davide; DURAN, Ana Clara; SARMIENTO, Olga L.. Increases In Women's Political Representation Associated With Reductions In Child Mortality In Brazil. **Health Affairs**, [S.L.], v. 39, n. 7, p. 1166-1174, 1 jul. 2020. Health Affairs (Project Hope). <http://dx.doi.org/10.1377/hlthaff.2019.01125>. Disponível em: <https://www.healthaffairs.org/doi/full/10.1377/hlthaff.2019.01125#:~:text=Results>

[%20from%20fixed%20Defects%20regression,declines%20in%20under%20five%20mortality..](#) Acesso em: 05 jun. 2021.

HOROCHOVSKI, Rodrigo *et al.* Sentidos e usos do empoderamento na pesquisa social. In: CURSO LIVRE DE TEORIA POLÍTICA: NORMATIVIDADE E EMPIRIA, 01., 2016, Curitiba. **Artigo**. Curitiba: Appris, 2016. p. 249-271. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/342131545\\_Sentidos\\_e\\_usos\\_do\\_empoderamento\\_na\\_pesquisa\\_social](https://www.researchgate.net/publication/342131545_Sentidos_e_usos_do_empoderamento_na_pesquisa_social). Acesso em: 04 jun. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -; SEAS, Secretaria Especial de Articulação Social -. **Objetivo 5 - Igualdade de Gênero**. 2020. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo5/indicador551>. Acesso em: 08 ago. 2022.

JUNCKES, Ivan Jairo *et al.* PODER E DEMOCRACIA: uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 34, n. 100, p. 01-22, fev. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/3410006/2019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v34n100/0102-6909-rbcsoc-34-100-e3410006.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

JUNCKES, Ivan Jairo *et al.* Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-47, jul. 2015. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rllagg/issue/view/424>. Acesso em: 09 maio 2022.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida. **(RE)SIGNIFICAÇÕES DA MULHER POLÍTICA NA MÍDIA: MEMÓRIA, CORPO, TERRITORIALIDADE**. 2011. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2011. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103498/lima\\_ffpa\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103498/lima_ffpa_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 08 jul. 2022.

LIMONGI, Fernando *et al.* Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 27, n. 70, p. 1-22, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987319277003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/FYkrhym6TpRzRf78q7F7Mmq/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MANCUSO, Wagner Pralon *et al.* Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.L.], v. 1, n. 27, p. 9-36, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220182701>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522018000300009&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522018000300009&script=sci_arttext). Acesso em: 15 jan. 2021.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.. Eleições e representação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 67, p. 105-138, 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452006000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/WzLctJ6mDBHky5PhBYsHHcQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 18, p. 653-679, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a03.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

MULHERES, Onu. **RELATÓRIO FINAL QUANTITATIVO PESQUISA ELES POR ELAS 2016**. Porto Alegre: Zooma, 2016. 151 p. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio\\_ONU\\_ElesporElas\\_PesquisaQuantitat](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_ONU_ElesporElas_PesquisaQuantitat). Acesso em: 08 ago. 2022.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, [S.L.], v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582006000400002>.

OLIVEIRA, Prof. Maxwell Ferreira de. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf). Acesso em: 14 fev. 2022.

OLSEN, Johan P.. **Accountability democrática, ordem política e mudança: explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia**. Brasília: Enap Escola Nacional de Administração Pública, 2018. 330 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3451/1/Accountability%20democr%C3%A1tica%20-%20Johan%20P%20Olsen.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres : desafios e tendências**. Curitiba: Editora Ufpr, 2016. 233 p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68160>. Acesso em: 01 nov. 2020.

PEREIRA, Alan da Silva; SOUZA, Carlos Augusto da Silva; OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. Eleições Municipais 2012 e 2016 e a Sub-Representação Feminina: a influência de fatores político-institucionais. **Resenha Eleitoral**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 165-182, 7 ago. 2021. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.53323/resenhaeleitoral.v25i1.128>.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e idéias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 67, p. 15-47, 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452006000200003>.

PRANDI, José Reginaldo. A mulher e o papel de dona-de-casa: representações e estereótipos. **Revista de Antropologia**, v.24, n.1, p.109-121, 6maio 2016. Universidade de São Paulo, agência USP de Gestão da Informação Acadêmica. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110971>. Acesso em: 26 jul. 2022.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley; EDUARDO, Felipe Lima. . A Distância entre Intenção e Gesto: consequências da proibição de doações eleitorais por pessoas jurídicas nas eleições municipais de 2016. **Boletim de Análise Político-Institucional**, [S. L.], n. 21, p. 67-76, out. 2019. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9900/1/bapi\\_21\\_artigo\\_6.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9900/1/bapi_21_artigo_6.pdf). Acesso em: 24 out. 2019.

ROMANO, Rogério Tadeu . A plutocracia e o neoliberalismo. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 26 , n. 6475, 24 mar. 2021 . Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/89309>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-62762012000100009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9dSM7QLtmYmCHfsGSWmMYmq/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2022.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPAIO, Daniel; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.**, [S.I.], v. 1, n. 88, p. 1-25, fev. 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/331261455\\_Como\\_o\\_dinheiro\\_influencia\\_as\\_eleicoes\\_municipais](https://www.researchgate.net/publication/331261455_Como_o_dinheiro_influencia_as_eleicoes_municipais). Acesso em: 24 out. 2020.

SARTORI, Giovanni. **O que é democracia**. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S.I.], v. 23, p. 1-36, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n23/2178-4884-rbcpol-23-00075.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SILVEIRA, Marilda de Paula. DEMOCRACIA DE GÊNERO E SEUS DASAFIOS: como as ações afirmativas para participação feminina na política devem ser

aprimoradas. **Revista da Faculdade de Direito da Ufmg**, [S.L.], n. 75, p. 323-348, dez. 2019. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. <http://dx.doi.org/10.12818/p.0304-2340.2019v75p323>. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8057>. Acesso em: 28 jun. 2021.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados**, [S.L.], v. 59, n. 1, p. 53-90, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201671>.

SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. **Mulheres nas eleições de 2010**. São Paulo: Abcp, 2012. p. 167-206. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4024>. Acesso em: 13 maio 2022.

UN WOMEN, Women in politics 2022 – Brazil – Chamber of Deputies. **Inter-Parliamentary Union 2022**. Disponível em: [https://data.ipu.org/node/24/elections?chamber\\_id=13349](https://data.ipu.org/node/24/elections?chamber_id=13349) Acesso em: 18 set. 2022.

UNIT, The Economist Intelligence. **Democracy Index 2021: the china challenge**. The China challenge. 2021. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>. Acesso em: 03 mar. 2022.